



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES

ANDRÉ LUÍS COELHO FERNANDES

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO DE PÓS OCUPAÇÃO EM
RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB**

João Pessoa/PB

2023

ANDRÉ LUIS COELHO FERNANDES

**HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO DE PÓS OCUPAÇÃO EM
RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB**

Relatório técnico apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA).

Área de Concentração: Gestão e Aprendizagens

Linha de Pesquisa: Inovação em Gestão Organizacional

Orientador: Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos

João Pessoa/PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363h Fernandes, André Luis Coelho.

Habitação de interesse social: avaliação de pós
ocupação em residencial no município de Guarabira/PB /
André Luis Coelho Fernandes. - João Pessoa, 2023.

105 f. : il.

Orientação: Wagner Soares Fernandes Santos.
Relatório Técnico (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Habitação social. 2. Gestão pública. 3. Políticas
públicas. 4. Inovação organizacional. I. Santos, Wagner
Soares Fernandes. II. Título.

UFPB/BC

CDU 351.778.532(043)



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DO MESTRANDO
ANDRÉ LUIS COELHO FERNANDES ALUNO DO CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES APRENDENTES/CE-CCSA/UFPB.

Ao 30 dias do mês de junho do ano de 2023, às 15h, no ambiente virtual hospedado no Skype, acessível pelo endereço eletrônico <https://join.skype.com/biZyJnXOZvOp>, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final do Mestrando **ANDRÉ LUIS COELHO FERNANDES**, matrícula **20211016991**, intitulada: **"HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: AVALIAÇÃO DE PÓS OCUPAÇÃO EM RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB"**, Estavam presentes os Professores Doutores: WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS – UFPB – Presidente/orientador(a), ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ – UFPB – Examinador(a) interno(a), CARLOS EDUARDO CAVALCANTE – UFPB – Examinador(a) externo(a), GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO – UFCG – Examinador(a) externo(a). O Professor (a) WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS na qualidade de Orientador (a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente. Em seguida, passou a palavra ao (a) Mestrando(a), para que, no prazo de 30 minutos, apresentasse seu Trabalho Final. Após exposição oral, o (a) Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o (a) Mestrando (a) respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. A sessão foi suspensa pelo (a) Orientador (a), que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou o Trabalho Final:

(X)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado

com as seguintes observações: Revisar os objetivos específicos; Apresentar um quadro resumo dos principais resultados ao final da Seção 4 (Resultados); Realizar uma melhor exploração da fundamentação teórica na Seção 5 (Propostas) e trazer reflexões mais amplas, limitações e recomendações de pesquisa na Seção 6 (Considerações Finais).

Retomando-se a sessão, o (a) Professor (a) WAGNER SOARES FERNANDES DOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES APRENDENTES



SANTOS apresentou o parecer da Banca Examinadora o (a) Mestrando (a), bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Tales Társis Dantas Vieira, na qualidade de Secretário do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

João Pessoa, 30 de Junho de 2023

WAGNER SOARES FERNANDES DOS
SANTOS
Orientador(a)

GESINALDO ATAÍDE CÂNDIDO
Membro externo(a)

ADRIANA VALÉRIA SANTOS DINIZ
Membro(a) interno(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDRÉ LUIS COELHO FERNANDES
Data: 10/08/2023 12:54:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

CARLOS EDUARDO CAVALCANTE
Membro externo(a)

ANDRÉ LUIS COELHO FERNANDES
Mestrando(a)

TALES TÁRSIS DANTAS VIEIRA
Secretário do Curso

Emitido em 30/06/2023

ATA N° 0/2023 - CCSA - DA (11.01.13.03)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/07/2023 13:50)

CARLOS EDUARDO CAVALCANTE

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

1335430

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:22)

WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

2665486

(Assinado digitalmente em 04/07/2023 08:27)

ADRIANA VALERIA SANTOS DINIZ

DIRETOR

1792396

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 0,
ano: 2023, documento (espécie): ATA, data de emissão: 03/07/2023 e o código de verificação: b309ded3d7

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, a Nossa Senhora da Penha, que sou devoto e a todas as forças do bem que são emanadas pela natureza, por terem me guiado nos momentos de dúvida e incerteza nessa jornada. Esse caminho foi longo e cheio de adversidades, mas, sempre encontrei nesse trajeto pessoas que me incentivaram e me apoiaram, a exemplo do Ex. Prefeito, Professor, Arquiteto e Amigo **Luciano Agra** (*in memorian*). Agradeço aos meus pais, **Francelina Lobo** e **Antônio Sobreira** pelas palavras e gestos sempre motivadores, aos meus primeiros e maiores mestres, representados pela **Profa. Marlene**, ou **Tia Marlene**, como há chamávamos carinhosamente, que com sabedoria e amor me mostrava todos os dias que eu era capaz de ir muito além do que eu podia imaginar. As minhas amigas **Wellintania Freitas**, **Emmy Duarte** e **Socorro Menezes**, que igualmente aos demais, sempre dispensaram palavras e gestos de apoio e incentivo. A Prefeitura Municipal de Guarabira, através do **Prefeito Marcus Diogo**, dos Secretários **Douglas Nóbrega** e **Elias Neto**, ao servidor **Allan D’Lira** e aos dos Técnicos da Habitação **Marcinele Silva**, **Rivanda da Silva**, **Johnatan Gomes** e **Verônica Macedo** que viabilizaram com absoluto esmero nosso acesso em todos os momentos que precisei ir a campo durante a construção dessa pesquisa. A **Deputada Estadual Camila Toscano**, representante do Brejo Paraibano na Assembleia Legislativa. Aos meus amigos **Emerson Albuquerque**, **Tallys Silva**, **Thulio Filho**, **Matheus Maia**, **Dawan Lincoln**, **Kayo Phillipe**, **Cibelle Cavalcanti** e **Leonardo Oliveira** por toda ajuda e parceria nessa construção. A minha turma do MPGOA, em especial ao meu grupo de estudos, pela relação amigável e de companheirismo, além das trocas permanentes de conhecimento e experiências profissionais, em especial, **Jucynalva Cabral**, **Gétulio Alves**, **Marcelina dos Santos** e **Shirley Barbosa**, obrigados meus amigos por essa jornada. Agradeço aos meus parceiros de trabalho **Deputados Federais Pedro Cunha Lima** e **Ruy Carneiro**, por me permitirem por vezes a flexibilidade de tempo que se fazia necessário, sobretudo nos momentos que precisei de maior dedicação. Ao professor **Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos** por sua paciência, orientação e dedicação, me cobrando para que eu chegasse a locais que eu acreditava serem intransponíveis, por sempre está disposto a retirar todas as minhas dúvidas e contribuindo na execução desse estudo. Aos professores **Dr^a. Adriana Valeria Santos Diniz**, **Dr. Carlos Eduardo Cavalcante** e **Dr. Gesinaldo Ataíde Cândido**, por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora, e por todos os comentários e sugestões para melhoria desse trabalho. E para todos os que porventura não mencionei, mas, que de alguma maneira contribuíram com este estudo.

RESUMO

Os desafios urbanos são complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público. Entre os quais, o déficit de moradia para pessoas de baixa renda se encontra entre os mais relevantes. A Habitação de Interesse Social, tema central deste estudo, propõe adotar uma perspectiva atual de habitabilidade, enquanto um novo conceito de moradia, do entorno e das peculiaridades dos beneficiários a serem selecionados para sua ocupação. Esta pesquisa tem como objetivo principal avaliar a pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, com a finalidade de aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB - PMG. Para tal foi conduzida previamente uma pesquisa bibliográfica e documental para se conhecer a literatura nacional e internacional, bem como ter acesso as legislações e documentos do empreendimento estudado. Para se alcançar uma triangulação que conferisse maior rigor metodológico e imersão no campo, foi realizada a coleta de dados através de três instrumentos de coleta de dados: questionário (moradores), roteiro de entrevista focal (equipe de habitação) e roteiro de observação de campo (visita in loco). Adotou-se a abordagem quantitativa e qualitativa, conforme a natureza dos dados. Os dados quantitativos (242 respondentes) foram submetidos a análise multivariada. Os dados qualitativos foram submetidos a análise de conteúdo. Identificou-se como itens com melhor avaliação: posto de saúde; ventilação e iluminação direta nos cômodos dos apartamentos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, baixo nível de violência urbana, conhecimento das ações do poder público, coleta de lixo, satisfação com a rede elétrica e acesso de pedestres. As piores avaliações foram: quadra de esportes, posto de polícia, centro de assistência social, acesso à creche infantil, oportunidade para que jovens sejam inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura, participação dos moradores na conservação dos equipamentos e grupos de convivência e de participação social. Para as comparações entre os grupos, foram utilizados os testes de Análise de Variância e teste t de Student, com procedimentos de correção (*bootstrapping*). Através dessas comparações foram identificadas diferenças significativas entre alguns grupos. Com base nos resultados encontrados, foram apresentadas sugestões de aperfeiçoamento da política pública de habitação do município e para as etapas seguintes do Residencial.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Setor Público; Políticas Públicas; Inovação Organizacional.

ABSTRACT

Urban challenges are complex and difficult to address by the government. Among them, the housing deficit for low-income individuals stands out as one of the most relevant issues. Social Interest Housing, the central theme of this study, proposes adopting a contemporary perspective on habitability as a new concept of housing, the surrounding environment, and the peculiarities of the beneficiaries selected for occupancy. The main objective of this research is to evaluate the post-occupancy of the Jádér Soares Pimentel Residential, with the purpose of improving the actions and social interest housing policy of the Municipal Government of Guarabira/PB. To achieve this, a bibliographic and documentary research was conducted to explore national and international literature, as well as access the laws and documents related to the studied project. In order to achieve triangulation that would provide greater methodological rigor and immersion in the field, data collection was carried out through three data collection instruments: questionnaire (residents), focus group interview script (housing team), and field observation script (on-site visits). Both quantitative and qualitative approaches were adopted, depending on the nature of the data. The quantitative data (242 respondents) were subjected to multivariate analysis, while the qualitative data were subjected to content analysis. The items with the highest ratings were identified as follows: health center; ventilation and direct lighting in the rooms of the apartments; community facilities adapted for people with disabilities and/or reduced mobility; low level of urban violence; awareness of government actions; waste collection; satisfaction with the electrical grid; and pedestrian access. The lowest ratings were given to the following items: sports court; police station; social assistance center; access to childcare; opportunities for youth to engage in sports, leisure, and cultural activities; residents' participation in the maintenance of facilities; and social participation and interaction groups. For group comparisons, Analysis of Variance and Student's t-test were used, with correction procedures (bootstrapping). Significant differences between certain groups were identified through these comparisons. Based on the findings, suggestions for improving the municipality's public housing policy and the subsequent stages of the Residential Complex were presented.

Keywords: Social Housing; Public Sector; Public Policy; Organizational Innovation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Técnicas de pesquisa aplicadas ao estudo	32
Quadro 2 - Delineamento das fases da pesquisa exploratória	34
Figura 1 - Vista aérea do residencial, capturada por drone.	67
Figura 2 - Estrutura de medição de serviços individualizados e jardim comunitário	69
Figura 3 - Vista panorâmica do residencial, capturada por drone.	69
Figura 4 - Cobertura vegetal escassa nas áreas externas	70
Figura 5 - Imagem aérea das áreas de estacionamento e calçadas	72
Figura 6 - Área de jardinagem provida por moradores	73
Figura 7 - Parque infantil	73
Figura 8- Espaço comum para reuniões e eventos	74
Figura 9 - Construção de comércio em área comum	75
Figura 10 - conversão de cômodo para atividade comercial	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas da amostra.....	42
Tabela 2 - Estatísticas descritivas da Dimensão Moradia e Inserção Urbana	44
Tabela 3 – Estatísticas descritivas da Dimensão Inclusão Social	45
Tabela 4 – Estatísticas descritivas da Dimensão Satisfação do Morador.....	46
Tabela 5 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Moradia e Inserção Urbana	47
Tabela 6 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Inclusão Social	48
Tabela 7 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Satisfação do Morador.....	49
Tabela 8 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da idade do respondente.....	50
Tabela 9 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da idade do respondente.....	51
Tabela 10 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da idade do respondente.....	52
Tabela 11 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da renda do respondente.....	52
Tabela 12 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da renda do respondente.....	53
Tabela 13 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da renda do respondente.....	54
Tabela 14 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da quantidade de filhos do respondente.....	54
Tabela 15 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da quantidade de filhos do respondente.....	55
Tabela 16 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da quantidade de filhos do respondente.....	56
Tabela 17 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da presença de PCD na residência.....	57
Tabela 18 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da presença de PCD na residência.....	57
Tabela 19 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da presença de PCD na residência.....	58
Tabela 20 – Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da ocupação do respondente.....	59
Tabela 21 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da ocupação do respondente.....	60
Tabela 22 – Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função da ocupação do respondente.....	61
Tabela 23 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função da ocupação do respondente.....	62
Tabela 24 – Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função da ocupação do respondente.....	62
Tabela 25 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função da ocupação do respondente.....	63

Tabela 26 – Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função do estado civil do respondente.....	64
Tabela 27 – Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função do estado civil do respondente.....	65
Tabela 28 – Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função do estado civil do respondente.....	65
Tabela 29 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função do estado civil do respondente.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH - Banco Nacional de Habitação

FAR - Fundo de Arrendamento Residencial

FCP - Fundação Casa Popular

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

MAS - Ministério da Ação Social

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

MCMV-E - Minha Casa Minha Vida- Entidades

PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação

PCVA - Programa Casa Verde e Amarela

PlanHab - Plano Nacional de Habitação

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PMG - Prefeitura Municipal de Guarabira

PSHIS - Programa de Subsídio e Habitação de Interesse Social

RSL - Revisão Sistemática da Literatura

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SNH - Secretaria Nacional da Habitação

PSH – Programa de Subsídio e Habitação de Interesse Social

SEASH - Secretaria de Assistência Social, Cidadania e Habitação

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

FMH – Fundo Municipal de Habitação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 VISÃO PANORÂMICA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL	22
2.2 CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	24
2.3 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL COMO parte da HIS: EXPERIÊNCIAS E ELEMENTOS IMPULSIONADORES.....	28
3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	32
3.1 ETAPAS E TÉCNICAS DE PESQUISA APLICADAS NA COLETA DE DADOS.....	32
3.2 TRATAMENTO DOS DADOS	36
4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
4.1 A ATUAL POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA	39
4.2 DIAGNÓSTICO DE HABITABILIDADE DO RESIDENCIAL JÁDER SOARES PIMENTEL.....	41
4.2.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DEMOGRÁFICOS	42
4.2.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS DIMENSÕES DO ESTUDO	44
4.2.3 ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS.....	47
4.2.4 ANÁLISE DE COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DEMOGRÁFICOS.....	50
4.3 IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PMG SOBRE OS FATORES RELACIONADOS A HIS DO RESIDENCIAL JÁDER SOARES PIMENTEL.....	66
5 PROPOSTA DE AÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB.....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - BENEFICIÁRIOS EM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA	95
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES E TÉCNICOS - GRUPO FOCAL.....	100
APÊNDICE D – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO	104

1 INTRODUÇÃO

A rápida urbanização ocorrida nas últimas décadas do século XX, aliada a um processo de ‘industrialização tardia’ que incorporou poucos trabalhadores urbanos – acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público. E entre as diversas necessidades da população de baixa renda vinculadas ao habitat (saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, transporte, entre outros), a que apareceu com mais evidência e centralidade foi o déficit de moradia (AZEVEDO, 2007).

Essa constatação permanece válida ao longo deste primeiro quarto do século XXI. Mesmo sendo colocada entre as prioridades nas três esferas dos governos brasileiros, a questão habitacional continua a afetar a maior parte da população. Mesmo em camadas sociais com renda considerada suficiente para atender as necessidades básicas – a chamada classe média – o déficit habitacional é uma realidade.

Nesta sociedade extremamente heterogênea e desigual, questões aparentemente universais como educação, serviços de saúde, saneamento e habitação não são facilmente comparáveis e muito menos intercambiáveis entre essas camadas sociais. Assim, temas como necessidades habitacionais, aluguel, adequação da moradia, tamanho de terreno, infraestrutura, e outros – que em geral são tratados como se estivessem vinculados a um único mercado –, têm significados muito variados, dependendo dos setores sociais a que se referem (AZEVEDO, 2007).

E quando se volta o olhar para a camada populacional de baixa renda, essa realidade torna-se ainda mais clara e premente. O processo habitacional voltado para esse extrato da sociedade é chamado de Habitação de Interesse Social. Ocorre que, na medida em que o poder público passa a atuar no sentido de contribuir para a construção de novos horizontes para esse público-alvo, deve se distanciar de uma perspectiva histórica e tradicional do paradigma em que a construção de conjuntos habitacionais de interesse social era vista essencialmente pelo viés da engenharia civil (pedra e cal). Passando a adotar uma perspectiva atual de habitabilidade, enquanto um novo conceito de moradia, do entorno e das peculiaridades dos beneficiários a serem selecionados para sua ocupação.

Seguindo nesse novo entendimento, a Prefeitura Municipal de Guarabira/PB (PMG), identificou um elevado índice de ocupações irregulares (os moradores não foram, necessariamente, os mesmos que foram selecionados para este empreendimento), construções

ou modificações de habitações que não atendiam aos requisitos mínimos de segurança, baixa disponibilidade de serviços públicos básicos (e.g. postos de saúde, creches e escolas de ensino básico) nas proximidades, infraestrutura precária (e.g. ausência de rede de saneamento, vias públicas não pavimentadas), e ausência de documentação que comprovasse a titularidade da propriedade da unidade habitacional (posse precária).

Preliminarmente, tomamos conhecimento de que a PMG já havia feito a entrega da 1ª etapa do empreendimento habitacional chamado Residencial Jader Soares Pimentel, com a finalidade de reduzir o déficit habitacional entre as pessoas de baixa renda. E que, há menos de dois anos, houve a entrega de 400 unidades habitacionais das 1200 prevista no Projeto. O residencial passou por uma fase de estudos e planejamento para implementação de uma Política de Habitação de Interesse Social, criada poucos anos antes.

Foi a partir dessa constatação que se identificou um cenário adequado para a realização de um estudo pós ocupação desse empreendimento habitacional devido ao tempo de ocupação de um volume expressivo de apartamentos, por também estar vinculado a uma política habitacional já voltada para o interesse social e que, por estar com 2/3 das obras ainda em fase de projeto, configurar-se como uma iniciativa ainda passível de aperfeiçoamento.

Adicionalmente, compreende-se ser necessário ampliar a discussão sobre avaliação de Políticas de Habitação de Interesse Social e dos empreendimentos a elas vinculados. Assim, espera-se como benefício indireto da realização deste trabalho um maior impacto social dos empreendimentos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Guarabira, com reflexos no aperfeiçoamento das políticas habitacionais, no planejamento das iniciativas, equipamentos e serviços públicos a elas vinculadas, bem como na qualidade de vida dos futuros moradores.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A questão da moradia e a importância atribuída aos governos locais, reconhecidos como executores da política de habitação e, portanto, capazes de dar respostas através da gestão dos programas sociais que executam, no sentido de responder as demandas da sociedade no que concerne às suas necessidades sociais envolvendo, nesse contexto, a relevância da HIS, sobretudo porque como se sabe, as políticas habitacionais passaram por momentos de avanços e retrocessos, incluindo fases de esvaziamento dos programas habitacionais, situação gravosa considerando o déficit habitacional existente no país (CARVALHO, 2014).

Ainda, segundo Carvalho (2014), seguido de Bonduki (2014) e Meylan (2019), o marco político que favorece essa resposta foi impulsionado pela Constituição Federal de 1988 ao estabelecer o direito à moradia como um direito social fundamental, seguido da aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, convergindo para o Município a responsabilidade pela implementação da política urbana. Moradia digna é componente de política pública, é também componente de inclusão social, respaldado pela garantia de um padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura e integrada não apenas à política urbana, mas às demais políticas sociais. A partir dessas observações pode-se situar a HIS como sendo ferramenta estratégica essencial na concretização da política habitacional do Estado brasileiro.

Nessa perspectiva, impõe-se o entendimento de que as políticas habitacionais bem como as peculiaridades intrínsecas da moradia colocam a HIS num patamar de grande relevância, um fator determinante de inclusão social exatamente por ser um componente estratégico da presença do Estado. Assumindo assim uma concepção multidimensional dentro de cada realidade específica, devendo extrapolar os limites da ação localizada, para ser inserido no âmbito das políticas públicas, contribuindo desse modo para o alcance de um triplo objetivo: a inserção social das famílias, a inserção urbana dos empreendimentos e a gestão democrática dos investimentos públicos, realizando um trabalho cujo resultado produz reflexos em novos patamares de cidadania e qualidade de vida (PAZ; TABOADA, 2010; MEYLAN, 2019).

A Habitação de Interesse Social como nova prática dentro do sistema de políticas habitacionais, independentemente de ser projeto de órgãos federais, secretarias estaduais ou municipais, associações e pessoas jurídicas de direito privado, essa concepção de Habitação deve ser adotada e o projeto deve conter, no mínimo, as orientações apresentadas pela agência financiadora responsável pela condução da política nacional de habitação no país que sejam voltadas para pessoas de uma faixa de renda mais restrita, portanto, mais carente da ação do Estado para viabilizar esse direito social.

Para esclarecer melhor o tema proposto, necessário se faz empreender uma reflexão que busque demonstrar em que consiste, e como está estruturada a política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB (PMG), visualizando a percepção dos beneficiários sobre a habitabilidade do Residencial Jáder Soares Pimentel bem como os fatores relacionados a HIS nesse espaço de moradia sob a ótica dos funcionários da PMG, tomando por base a seguinte questão direcionadora desta pesquisa: Como se encontra a atual situação de pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, localizado na cidade de Guarabira/PB?

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Avaliar a pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, com a finalidade de propor aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB - PMG.

Objetivos Específicos

- 1) Apresentar em que consiste a atual política de habitação social da PMG;
- 2) Diagnosticar a habitabilidade do Residencial Jáder Soares Pimentel, na percepção dos beneficiários;
- 3) Identificar a percepção dos técnicos sociais da PMG sobre os fatores relacionados a HIS, no Residencial Jáder Soares Pimentel;
- 4) Propor, à luz dos resultados obtidos, sugestões que levem ao aperfeiçoamento do programa e da linha de ação política voltada para a habitação de interesse social da PMG.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU BRASIL, 2015), publicada pela Organização das Nações Unidas, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que fazem parte de um plano de ação global para direcionar o mundo rumo a um caminho sustentável e resiliente. O objetivo 11 - tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis – se desdobra em metas que, entre outros pontos, tratam de:

- 1) Garantir o acesso de todos a moradia adequada, segura e acessível, bem como a serviços básicos e urbanização de favelas.
- 2) Melhorar a urbanização, tornando-a inclusiva e sustentável e a capacidade de planejamento e gestão de espaços de ocupação humana participativos e integrados.
- 3) Reduzir significativamente as possibilidades de desastres relacionados à água, com foco na proteção das pessoas em vulnerabilidade social.
- 4) Fornecer o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, verdes e acessíveis, em particular para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

5) Apoiar a construção de edificações sustentáveis e resilientes utilizando materiais locais.

Essas cinco metas, acima destacadas, revelam a importância da proposta de se avaliar as ações da política de habitação de interesse social, por fazer parte do esforço para viabilizar o alcance dessas expectativas expressas nos ODS. É dentro desse contexto que esse estudo aponta a meta 1 como destaque, à medida que se reveste de importância capital para esse estudo por abrir espaço a abordagem em torno do problema de investigação e seus desdobramentos, com vistas ao entendimento de que a oferta de moradia digna se refere ao direito de viver em algum lugar em condições consideradas adequadas e segura, por isso digna.

Um ponto a ser enfatizado em relação a essa meta 1 diz respeito à segurança da posse da propriedade da moradia, incluindo a perspectiva de inclusão social e, portanto, não deve haver discriminação ao acesso a essa moradia, bem como devem ser criadas condições de participação dos interessados nas decisões sobre a moradia, seus espaços de convivência e possibilidades de viver próximo ao local de estudo e trabalho. Vale salientar que esse é um objetivo que requer investimento pois inclui também a garantia de que as habitações devem contar com estrutura de serviços adequada, de modo a contemplar todas as cinco metas do objetivo 11 da Agenda da ONU 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mencionadas nesse estudo.

Diante dessa realidade, no toante especificamente à dimensão habitabilidade, não é ilustrativo pretender voltar o olhar para a edificação da habitação em si e as condições físicas, sanitárias, de conforto e de salubridade oferecidas por esta (CORREIA; MACHADO, 2021). Isso implica em considerar que a Administração Pública moderna, inovadora, precisa estar atenta aos aspectos sociais como um todo e a partir do uso da ciência da administração contribuir com soluções inovadoras, integradas, criativas e eficazes.

Nesse contexto, aponta-se a relevância da mobilização e da participação social na elaboração, implementação, controle e avaliação da política pública que garante o direito à cidade, o fortalecimento do conceito de habitabilidade das HIS, a criação de espaço para a adoção de práticas de gestão participativa e democrática com engajamento de todos os interessados nessa ressignificação de práticas em torno da habitação agregadora de novos valores os quais coadunam-se com as metas estabelecidas no ODS 11, conforme amplamente colocado nesse estudo.

Revisitando as estratégias relacionadas a habitação de interesse social, enquanto perspectiva de geração de valor para a sociedade, um paradigma de gestão parte do pressuposto de que é necessário conhecer as necessidades da sociedade para, então, criar soluções

inovadoras que possam impactar positivamente a população alvo de tais estratégias, buscando o desenvolvimento de ações que resultem em mudança social, conforme destacam Avelino *et al.*, (2019, *apud* CORREIA; MACHADO, 2021).

Trata-se de um processo cujo objetivo é de contribuir trazendo soluções para problemas sociais não resolvidos, tendo como foco a inovação organizacional. Compreendendo a busca de eficiência dos processos e eficácia dos resultados que podem ser aplicados ao setor público visando alinhar os aspectos político, legal, econômico, cultural e social (MONTEIRO, 2019, *apud* CORREIA; MACHADO, 2021).

Do ponto de vista pessoal e profissional, houve uma experiência recente, na qual foi possível colaborar diretamente no Residencial na Comunidade do 'S' (em construção), no município de João Pessoa, Estado da Paraíba. O qual já está inserido em uma concepção de Habitação de Interesse Social como eixo de gestão da política pública, tendo sido realizada a caracterização da demanda, e a identificação de algumas de suas vocações, dentre elas a econômica (pesca) e cultural (ala-ursas, grupos de capoeira, escola de samba). Esse diagnóstico foi importante na concepção do projeto habitacional, que passou a prever a implantação de equipamentos como Caiçara para os pescadores locais, Centro Cultural e um Anfiteatro para abrigar as manifestações culturais. Assim, o desenvolvimento deste trabalho se configura como sendo importante para o aprofundamento teórico, aperfeiçoamento técnico e vivencial nos temas a serem abordados. Almeja-se, portanto, contribuir para ações de desenvolvimento e fortalecimento de competências que são fundamentais para ações inovativas que viabilizem melhorias nos processos de trabalho e na prestação de serviços públicos mais eficientes e eficazes à sociedade.

Essas breves reflexões abrem espaço para tratar de um fenômeno complexo que se apresenta atrelado ao conceito de HIS, a partir de uma abordagem voltada para a política pública do setor de habitação tendo como *locus* de observação e coleta de dados o município de Guarabira, especificamente com o intento de elaborar uma avaliação pós ocupação de projeto habitacional parcialmente implantado.

Ademais, esta pesquisa apresenta uma peculiaridade importante que a diferencia de outras pesquisas realizadas por diversos autores, fugindo ao aspecto meramente teórico e conceitual, abordando uma realidade que carece de ressignificação à luz de uma reflexão pautada na literatura e na triangulação de técnicas de coleta de dados, enquanto método de condução de uma pesquisa social aplicada, orientada para a elaboração de diagnóstico, com identificação de problemas e propostas de soluções.

Sendo, portanto, pesquisa social de base empírica contemplando a avaliação *ex post* de empreendimento habitacional do município de Guarabira, mas com perspectiva de se colaborar com o planejamento e execução das demais etapas desse projeto em aspectos como: concepção do projeto arquitetônico, transposição das necessidades humanas e sociais em ações de planejamento urbano, de provisão de equipamentos e de serviços públicos relativos à habitabilidade do empreendimento (saúde, educação, transporte público, lazer, cultura, capacitação profissional, entre outros).

A escolha pelo município de Guarabira, cidade a 98km de distância da capital João Pessoa, possuidora de uma população estimada em 59.389 habitantes (IBGE, 2021), se justifica por dois motivos: 1) a abertura da gestão municipal em recepcionar pesquisas e receber sugestões para o aperfeiçoamento da política de habitação de interesse social municipal. 2) haver um empreendimento habitacional em implantação, com 1/3 das unidades habitacionais já entregues, fato que permitirá uma avaliação diagnóstica passível de contribuir com a adequação das demais fases do residencial, equipamentos públicos associados e futuras iniciativas.

Coerente com essas justificativas, a avaliação de ações da política pública de HIS permitirá diagnosticar - a partir de três dimensões: moradia e inserção urbana; inclusão social; e satisfação do morador - a percepção dos moradores e dos agentes públicos envolvidos, associada a uma triangulação com a verificação *in loco* das constatações realizadas nas duas fontes citadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos últimos anos, os programas e projetos que constituem a política habitacional envolvem além de aspectos relativos à construção e ao financiamento da moradia, o contexto social onde esta última se insere. Isto é, abordam questões relativas ao saneamento básico, à drenagem e à pavimentação das ruas, aos equipamentos sociais (escola, posto de saúde, posto policial e outros) que devem existir na sua abrangência (GONÇALVES, 2017).

De grande interesse para esse estudo, no sentido de estabelecer a linha norteadora de investigação é o traçado desse referencial teórico que representa a base de sustentação da investigação realizada. Tendo em vista o seu propósito, este referencial tece um panorama sobre a política habitacional no país, focando na atual conjuntura política envolvendo a carência de recursos financeiros para suprir o déficit de moradia, enquanto dívida social de longa data que o governo não conseguiu solucionar.

Acrescente-se ainda que, na contramão do que propõe a agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil - ODS, em seu objetivo 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, e mais especificamente no 11.1: “Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas” (ONU BRASIL, 2022), tivemos um abrupto recuo ao longo dos últimos 4 (quatro) anos. Sobretudo por parte do Governo Federal que, por razões do Pacto Federativo, dispõe, como é sabido por todos, da maior parcela dos recursos para implantação desta política pública.

Na sequência, contempla um recorte teórico sobre a habitação social explanando sobre o seu conceito e a experiência de outros países, além de algumas situações identificadas no Brasil sobre essa temática, ou seja, além da referência conceitual e histórica, busca-se estabelecer o marco da adoção dessa linha de política pública, a qual serve como norte para o tratamento do ponto central desse estudo: a Habitação de Interesse Social - HIS.

Sobre a HIS, o referencial volta-se para a sua conceituação, importância, eixos temáticos objetivando demonstrar em que se fundamenta esse componente estratégico que passou a fazer parte das políticas públicas no Brasil e que, se bem implantada pode permitir uma maior autonomia aos beneficiários, afirmação da cidadania, inclusão social, transparência na aplicação dos recursos e servir como um parâmetro importante de atuação para a Administração Pública.

2.1 VISÃO PANORÂMICA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

Na construção dessa referência teórica admite-se como marco importante a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964, órgão central, normativo e financiador do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em face de sua proposta de tornar mais dinâmica a captação de recursos para viabilizar o financiamento da política habitacional, através das cadernetas de poupança e dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ambos considerados fundamentais para o crédito habitacional e imobiliário no Brasil, assinalam Souza-Lopes e Saab (2021).

Outro marco importante no contexto da política habitacional decorreu da extinção do BNH, em 1986. Tendo a Caixa Econômica Federal assumido sua função e incorporado o BNH, o que resultou em redução de recursos para fazer face à demanda por habitação. Na década de 1990, o marco mais importante foi o lançamento do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), sendo coordenado pelo Ministério da Ação Social (MAS) e pela Secretaria Nacional da Habitação (SNH), como medida emergencial de financiamento de habitações, utilizando recursos do FGTS e tendo como “população-alvo famílias com renda média de até 5 salários mínimos [...], atuando a Caixa como banco de segunda linha, ou seja, com a responsabilidade de implementar os programas por meio de agentes promotores”. (POVOA; GUIMARÃES, 2004, p. 39).

Em 1991, a quitação da casa própria foi facilitada com a finalidade de estabelecer um aumento no fluxo de caixa para subsídio ao financiamento da política de construção de moradias, mas não logrou o resultado esperado, mostrando o agravamento da situação diante da crise estrutural do sistema (POVOA; GUIMARÃES, 2004).

De 1995 a 2002, a problemática da política habitacional se acentua diante de restrições econômicas impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), avançando no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, do papel dos municípios como agentes promotores e gestores da política habitacional (POVOA; GUIMARÃES, 2004). Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2000, o planejamento urbano adquire conotação jurídica atrelado à gestão das cidades.

Lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) teve entres outros, o objetivo de socorrer o setor produtivo da indústria da construção civil e o mercado imobiliário com o fito de evitar o aprofundamento da crise do mercado, sendo operacionalizado através de mecanismos que incentivam a construção e aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, a construção ou reforma de habitações rurais, para famílias

com renda mensal de até cinco mil reais (KLINTWITZ, 2016, *apud* BANDEIRA; REYES JÚNIOR, 2021).

O PMCMV congrega em si o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). No que respeita ao PNHU, o PMCV abarca três modalidades: financiamentos com recursos do FGTS; aquisição e alienação de imóveis por meio de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e o programa MCMV-Entidades (MCMV-E), operacionalizado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), conforme expõe Reis (2013, *apud* BANDEIRA; REYES JÚNIOR, 2021).

O programa habitacional anterior no país é o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), lançado em agosto de 2020 em substituição ao PMCMV, gerenciado pela Caixa e voltado para atendimento à população de baixa renda, com a proposta de atingir até 2024 a meta de financiar 1,6 milhão de unidades residenciais, regularização de 2 milhões de moradias, melhorias em 400 mil unidades habitacionais e a geração de até 2,3 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos (FIESP, 2020).

O PCVA objetivou ainda mitigar o déficit habitacional que, em 2002 atingia um total de 7,7 milhões de moradias. Ou seja, na verdade, o PCVA é uma reformulação do PMCMV, política pública voltada para o setor habitacional vigente desde 2009, tendo também a expectativa de revigoramento da economia brasileira estimulado por uma alavancagem do setor da construção civil (FIESP, 2020).

Soma-se a isso o impacto social que os programas habitacionais trazem na sua concepção. No caso do PCVA esse impacto consiste no resultado que se espera com a redução a taxa de juros do financiamento, que será maior nas regiões Norte e Nordeste, com redução de 0,5 ponto percentual para famílias com renda de até dois mil reais mensais e, de 0,25 ponto percentual para os rendimentos entre dois e dois mil e seiscentos reais. Nas demais regiões, o percentual será de 4,5% ao ano (FIESP, 2020).

E o atual programa habitacional de origem federal voltou a ser o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com a publicação da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que já se encontra aprovada nas duas casas legislativas e segue aguardando a sanção presidencial para gerar efeitos permanentes. É pertinente observar que, mesmo diante de todos esses programas, há uma parcela da população cujo nível de renda familiar está situado abaixo do exigido por estes e, portanto, “não possuem condições de pleitear tais financiamentos, restando-lhes, como alternativa, morar em favelas, em cortiços e em loteamentos clandestinos, aguardando a intervenção do poder público” (POVOA; GUIMARÃES, 2004, p. 42).

Isso mostra, de um lado, que a política habitacional depende de alocação de recursos para atender a esse contingente populacional que não possui condição de acesso a moradia e que é urgente a adoção de medidas com vistas ao aporte de recursos financeiros e técnicos, com apoio da Habitação de Interesse Social com o fito de correção dos problemas que dificultam à consolidação democrática, ação eficiente na condução da implementação da habitação de interesse social.

Compreende-se, neste trabalho, por Habitação Social ou Habitação de Interesse Social, todo o conjunto de iniciativas, de origem pública ou privada, cuja finalidade é de facilitar o acesso à moradia da população de baixa renda. Assim sendo, o panorama sobre a política habitacional no Brasil, atende a esse critério sobretudo, porque, como visto, o financiamento decorrente desses programas possui condições de pagamento mais acessíveis do que aqueles ofertados pelo mercado imobiliário tradicional.

2.2 CONCEITOS, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Pires e Callegari (2017) ao abordar a configuração do problema da habitação no Brasil, colocam como marco da intervenção do Estado nesse segmento o ano de 1910, a partir do lançamento de programas que visavam atenuar a situação de déficit habitacional através do financiamento a moradias, consistindo em um desafio urbano que perdura até os dias atuais, reportando-se a Habitação de Interesse Social (HIS) como sendo:

[...] um tipo de moradia produzida para atender a necessidade de moradia de um grupo de famílias que se inserem no perfil socioeconômico de extrema pobreza a baixa renda, isto é, que possuem rendimentos de zero a três salários mínimos. Portanto, não possuem condições de obter a casa própria no âmbito do mercado capitalista, no qual os imóveis considerados adequados para moradia têm muitas vezes valores exorbitantes. Sendo assim as HIS são normalmente subsidiadas pelo poder público e que também seleciona as famílias beneficiadas. (PIRES; CALEGARI, 2017, p. 116).

Na sua caracterização a HIS contempla a definição de uma série de soluções de moradia voltadas para a população de baixa renda, contrapondo-se aos interesses do mercado imobiliário cuja produção não leva em conta as necessidades e anseios da população de baixa renda. Em que pese a existência de registros informando que a origem da habitação de interesse social data da época do governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) com a construção das vilas operárias na cidade do Rio de Janeiro, habitações que atendiam apenas aos operários melhor qualificados das indústrias, cabendo aos mais pobres a opção de residir nos cortiços que

se vinculavam a propriedade privada, sendo habitações coletivas em instalações antigas com banheiro de uso coletivo, geralmente localizados no centro, próximo as fabricas, a HIS como política pública é relativamente recente (PIRES; CALEGARI, 2017).

Entretanto, o reconhecimento do marco histórico da HIS é atribuído a Getúlio Vargas que, em 1946 criou a Fundação Casa Popular (FCP), primeira política nacional de habitação e primeiro órgão federal a centralizar a política de habitação. Entretanto, por falta de recursos não conseguiu suprir o déficit de moradias no país. Sendo extinta em 1964, cedendo lugar ao BNH cuja importância no contexto da política habitacional brasileira é inquestionável conforme expõem Pires e Calegari (2017).

Fazendo uma apreciação do surgimento da HIS no Brasil, Buonfiglio (2017) explica que esta não nasceu como política pública acabada, foi gestada pelo Ministério das Cidades (criado em 2003) e respaldada politicamente pelo Conselho Nacional das Cidades e ao longo das quatro Conferências das Cidades (em escalas Nacional, Estadual e Municipal). Ao ressaltar sua importância, a referida autora enfatiza que a HIS se traduz em um conjunto de ações para o tratamento da questão habitacional em nível nacional que consolidou um marco regulatório importante no país, qual seja a PNH aprovada em 2004, tornando-se o principal instrumento de orientação estratégica e de ações a serem implementadas pelo governo federal em habitação; a Lei Federal nº 11.124/2005 que instituiu o SNH e o Plano Nacional de Habitação, aprovado em 2009 (PlanHab). Pode-se então dizer que, essa legislação carimbou a política urbana brasileira com seu rótulo IS de "interesse social".

Importante frisar que mais recentemente, a Medida Provisória nº 996/2020 que instituiu o PCVA, dispõe que a HIS “deve ser entendida em seu sentido amplo de moradia, a qual se integram as dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece” (BRASIL, 2020, p. 1). Em linhas gerais o que se constata é que a redução do déficit habitacional se faz presente como ponto fundamental da política pública de HIS, cujas residências devem ter produção de baixo custo, mas dotada de toda infraestrutura capaz de proporcionar condições digna de moradia e qualidade de vida aos seus ocupantes.

Por outro lado, cabe ressaltar que os projetos de HIS no Brasil são bastante criticados em razão de não atenderem aos seus objetivos sociais. Há, entretanto, experiências positivas em que os projetos arquitetônicos levaram em consideração aspectos relativos ao acesso à infraestrutura urbana, conectividade com o entorno e conforto ambiental dentre outros aspectos característicos desse tipo de habitação. Para ilustrar essa experiência positiva selecionou-se dois

casos, a habitação social Residencial Wirton Lira em Caruaru, Estado de Pernambuco e o Conjunto Habitacional Jardim Edite em São Paulo capital.

Com projeto cuja atenção volta-se para a HIS, o Residencial Wirton foi projetado para implantar 1.300 unidades habitacionais com recursos do PMCMV, na cidade de Caruaru-PE, representa uma proposta de habitação digna, edificada em terreno acidentado, tendo na sua ficha técnica a indicação de ter sido projeto da Jirau Arquitetura possui design moderno sem, entretanto, ter custos elevados em razão de ter sido projetada para atender população de baixa renda estando, portanto, inteiramente integrada ao conceito de HIS (ARCHDAILY BRASIL, 2020).

Tendo sido projetado por MMBB Arquitetos em parceria com H+F Arquitetos, o Conjunto Habitacional Jardim Edite localizado no centro financeiro da cidade de São Paulo - SP, é exemplo de habitação que transforma uma favela em espaço urbanizado, com edificações modernas representadas por habitação verticalizada. Na descrição do projeto arquitetônico consta a informação de que se trata de uma área valorizada e que três equipamentos públicos fazem parte desse conjunto: restaurante escola, unidade básica de saúde e creche que atendem tanto os seus moradores quanto as pessoas que trabalham em empresas da região, estabelecendo ligação dessa HIS com a economia e o cotidiano da região (ARCHDAILY BRASIL, 2020).

Empiricamente, é possível constatar que no Estado da Paraíba estão ocorrendo mudanças importantes na adoção do conceito de HIS. Sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação Social (SEMHAB), criada em 2006, através da lei nº 10.719, de 24 de janeiro de 2006, que no seu artigo 1º, parágrafo único estabelece como seu objetivo: “coordenar a elaboração e a implementação da política habitacional da capital paraibana, bem como elaborar o programa habitacional e de regularização fundiária de João Pessoa” (JOÃO PESSOA, 2006).

E, no seu artigo 2º, enumera os objetivos que a SEMHAB deve realizar, os quais convergem para a linha da HIS, inclusive com previsão de realização de convenios com outros órgãos para fazer face a esse objetivo. Como resultado desse novo formato da política habitacional do município de João Pessoa, cita-se o exemplo do Residencial Vista Alegre com unidades habitacionais instaladas nos bairros Gramame e Colinas do Sul.

A título de exemplo, deve ser dito que a unidade VI do Residencial Vista Alegre possui onze condomínios, cada um com seis blocos. fica localizada no bairro Colinas do Sul e possui 192 apartamentos cuja descrição revela um padrão de qualidade que atende aos critérios de HIS, segue descrição: cada moradia conta com sala, cozinha, banheiro social, área de serviço e dois quartos, sendo uma suíte, dentro do padrão de 40m² por unidade nas áreas privativas.

Construção de escola para atender 900 alunos, unidade integrada de polícia, o projeto prevê ainda a construção de uma creche, unidade de saúde, praça e equipamentos esportivos, como quadras, campo de futebol e ginásios (PMJP, 2018).

Além de contribuir para mitigar o problema do déficit habitacional, esse padrão de moradia oferece condição de mobilidade para atender pessoas idosas e portadoras de deficiência, ou seja, nesses condomínios todos os apartamentos localizados no térreo são adaptados para pessoas com limitação de mobilidade. E, com a edificação da infraestrutura de suporte as necessidades sociais de seus ocupantes, pois a área externa conta, em muitos deles, com parquinhos para as crianças e academia para a terceira idade, se enquadra no conceito de HIS, nos moldes descrito por Marques (2018).

Dentro dessa mesma perspectiva, mas com as peculiaridades de cada país, vem se desenvolvendo a Habitação de Interesse Social em outros países, cuja expressão utilizada em inglês é *Social Housing*. Sobre essa questão, pode-se afirmar, ancorado no estudo efetuado por Chung *et al.* (2020), que desde 2012 a habitação social tem sido implementada para reduzir o déficit habitacional em Seul. Diferentemente dos países ocidentais, nessa metrópole os projetos habitacionais sociais são providos por organizações não privadas e sindicatos cooperativos que atuam como agências e recebem assistência e benefícios dos governos locais.

Chung *et al.* (2020) recomendam ao governo que: adote medidas de revitalização comunitária; promova a geração de trabalhos locais baseados em serviços que são consumidos diariamente; adote a comunicação com a comunidade atendida e seus valores locais; cultive e fortaleça as capacidades dos provedores de habitação social, educando-os sobre a economia social, projeto e construção social; recepcione as opiniões dos residentes e provedores através de reuniões, fóruns e seminários.

Wiesel e Pawson (2015) identificaram as taxas de rotatividade em declínio na locação de imóveis sociais como um dos problemas da habitação social na Austrália, devido a percepção dos inquilinos sociais de obter uma moradia através de um mecanismo seguro e acessível. E argumentaram em favor de políticas que visem criar oportunidades de mobilidade social ascendente para os locatários sociais.

Lin (2018) identificou que a construção de moradias sociais em cidades chinesas em grande escala é considerada necessária para atender às necessidades urgentes de moradia das famílias de baixa e média renda. Em estudo de caso realizado em Guangzhou por essa mesma autora identificou-se problemas enfrentados por muitos bairros de habitação social que foram recentemente construídos nos subúrbios e, entre as recomendações apresentadas estavam: estabelecer um sistema de alocação justo e transparente; a participação das famílias

beneficiárias no processo decisório é crucial para entender suas necessidades habitacionais e tornar as abordagens mais adequadas a elas.

Diante do exposto, dentro de uma perspectiva fornecida pela literatura nacional sobretudo o que foi identificado por estudiosos da literatura nacional, como Pires e Calegari (2017), Buonfiglio (2017), Reis (2013), Bandeira e Reyes Júnior (2021); e internacional com base nos trabalhos de Chung *et al.* (2020), Wiesel e Pawson (2015) e Lin (2018), pode-se afirmar que o estudo da HIS é complexo e requer entendimento sobre a política urbana, bem como do conceito de habitação social para poder entender a sua proposta de que a habitação adquira conotação mais ampla do que um lugar para se morar, perpassando a noção de integração econômica, social e cultural dos moradores para com o entorno.

Percebe-se nesses achados das pesquisas efetuadas que tanto no Brasil como em outros países que a HIS é parte integrante de programa governamental, portanto de natureza política com subsídio para atender a população em situação crítica no que concerne a falta de moradia digna, representando, portanto, estratégia para buscar atenuar o problema do déficit de moradias e atender ao objetivo 11, meta 1 do ODS destacado anteriormente.

E, ainda considerando que no Brasil, a HIS representa cerca de 70 a 75% do mercado imobiliário nacional, (CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, 2020), sendo uma questão que também atende a perspectiva do mercado da indústria da construção civil, e tendo em vista a perspectiva da realidade de outros países citados, entende-se necessário refletir sobre esse tema de estudo.

2.3 O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL COMO PARTE DA HIS: EXPERIÊNCIAS E ELEMENTOS IMPULSIONADORES

Uma das características da HIS decorre do seu caráter informativo e educativo com vistas à apropriação e uso correto das unidades habitacionais, com toda a infraestrutura implantada e em funcionamento, mediante comprometimento e participação da população beneficiada com esse instrumento de gestão e seu respectivo projeto de intervenção por parte do poder público.

Marques (2018, p. 37) esclarece que as atividades do setor da habitação efetuado em programas vinculados ao extinto BNH apresentavam “características de um trabalho administrativo com ações direcionadas à seleção de demanda, acompanhamento de adimplência de mutuários e organização comunitária”. O fomento à participação não possuía conotação de transformação social, pois era voltado aos aspectos burocrático e funcionalista com vistas à

manutenção da moradia, não se propondo a desenvolver a autonomia e a cidadania dos moradores das HIS.

Marco de referência importante da HIS é atribuída o PMCMV, para o qual convergem duras críticas em face de sua vinculação à lógica mercadológica e ao processo de acumulação capitalista deixando de atender ao escopo de um trabalho integrado capaz de fomentar a participação e de “incentivar a autonomia e o protagonismo social, junto com um conjunto de outras ações e políticas na perspectiva da intersetorialidade” (NERY; ARAÚJO, 2018, p. 7).

Sobre as implicações da falta de substrato e alcance dos objetivos da HIS na execução do PMCMV, pode-se observar que:

As avaliações dos impactos deste programa apontam para sua importância quantitativa e a relevância no atendimento das camadas mais empobrecidas, já que estabelece a produção de habitação com subsídio do Orçamento Geral da União (OGU) para as famílias com renda a partir de 0 reais. No entanto, ressaltam seu padrão segregador, sem planejamento intersetorial, em larga escala e em forma de gestão condominial, que, em detrimento das demandas da população, busca a redução dos custos com o empreendimento e a lucratividade do capital, revelando-se, portanto, como extensão da base social necessária à expansão do processo de acumulação do capital (NERY; ARAÚJO, 2018, p. 8).

Ou seja, a proposta do PMCMV para a ter sua essência voltada para a dimensão política e econômica, fragilizando o componente social, atuando, não como política pública que viabiliza o direito à moradia, mas como “política de provisão habitacional que se realiza por intermédio do e para o mercado” esclarece Carlos (2014, p.251, apud NERY; ARAÚJO, 2018, p. 8). Em outras palavras, “diante deste contexto, a moradia é representada como elemento que propõe restabelecer os laços entre Estado, mercado e sociedade, já que por meio da difusão da ideologia da casa própria, busca-se propagar uma política econômica fundamentada na produção de moradia”, apontam Nery e Araújo (2018, p. 8).

Há forte influência do controle da Caixa, agente operacionalizador do PMCMV sobre a HIS, situação que segundo Pimentel (2012, apud NERY; ARAÚJO, 2018, p. 14) resulta:

Na alienação, engessamento, padronização do trabalho social ao cumprimento do que a autora denomina de ‘receita pronta’, para a qual as demandas da população não são a finalidade, mas sim o gerenciamento dos recursos, bem como refere-se à perda de processos de participação que passam a caracterizar-se como prestação de informações.

Corroborando esse desvirtuamento da HIS, Marques (2018) relata que em Itabuna-BA, no empreendimento “Vida Nova” as atividades técnicas sociais foram executadas por empresa terceirizada. De acordo com os moradores que participaram da pesquisa não houve o

atingimento dos objetivos propostos para o empreendimento. Alguns fatores levaram a essa percepção: o baixo número de técnicos envolvidos no trabalho (apenas seis); a instabilidade e a pouca periodicidade nos horários dos programas oferecidos; o local da realização das atividades (pouco central); e a linguagem, considerada muito técnica, que distanciava a informação do público.

Construído com recursos do PMCV, o Conjunto Habitacional Vida Nova, oferece moradia para famílias com renda mínima entre zero e três salários mínimos, com 368 apartamentos, localizados no bairro Califórnia. Contou com recursos do governo federal, Caixa Econômica, Prefeitura Municipal de Itabuna e Runa Patrimonial Ltda, tendo como foco a lógica de mercado (VIDA NOVA, 2018).

Assim, pode-se observar que o trabalho técnico social apresenta características compatíveis com os objetivos da Habitação de Interesse Social e que a HIS, por ser mais abrangente, a envolve em seu conceito abrangente. Por outro lado, Vasconcellos Sobrinho, Alves, e Vasconcellos (2016), trazem algumas colaborações sobre o Assentamento Jaderlândia em Ananindeua-PA, que reforçam a relevância da implantação ainda em seu nascedouro de conceitos claros que norteiem a equipe, como um instrumento importante para a construção do sentimento de territorialidade; utilizar linguagem acessível com vistas à integração social; promover assembleias, reuniões, mobilizações e informações sobre as intervenções físicas nos assentamentos precários; motivar a comunidade a participar do desenvolvimento do projeto de intervenção urbana; promover a inclusão social de famílias que saem de uma condição de insalubridade habitacional social e passam a exercer o direito a ter um ambiente saudável para morar.

Silva (2013), traz algumas conclusões sobre a implantação de HIS realizada através de trabalho técnico social em Cuiabá/MT: restrito poder de decisão da comunidade diante dos trabalhos desenvolvidos; necessidade de ampliação da participação social na política habitacional; conceber o beneficiário não apenas como agente receptor, mas como efetivo transformador social, concluindo o seguinte:

[..]. para o exercício da cidadania torna-se necessária a utilização dos mecanismos constitucionais existentes que possibilitem a participação do cidadão na tomada de decisões, [...]. É preciso o envolvimento de todos os sujeitos sociais (sociedade civil, poder público e áreas técnicas) para o enfrentamento da questão habitacional. Quando a gestão pública, instituições, sociedade civil e população em geral agregam esforços para a resolução de diferentes problemas, potencializam as mudanças, tais mudanças devem sustentar-se na discussão dos problemas e encaminhamento conjunto de soluções. É necessário propiciar a realização de planos de desenvolvimento sustentável, envolvendo a comunidade, na perspectiva de convergir interesses e ações para a efetiva superação da situação-problema (SILVA, 2013, p. 105).

Não cabe dúvida de sobre a importância da contribuição dos técnicos sociais para a HIS, desde a concepção e construção de projetos habitacionais é fundamental e configura-se como um instrumento potencializador da aplicação de recursos públicos na política habitacional e na vida dos beneficiados. E, mais ainda, que a ausência do poder público e/ou do agente financiador se reproduz constantemente nos casos relatados de insucesso na implementação da política social. Isso traz problemas por vezes irreparáveis, que se desdobram em fenômenos como a evasão de moradias, ou no processo de favelização do empreendimento habitacional, conforme assinalado por Marques (2018), Vasconcellos Sobrinho, Alves, Vasconcellos (2016) e Silva (2013).

Para mobilizar é preciso ir até onde as pessoas estão e não esperar apenas que elas atendam a uma convocação formal. Assim, as igrejas, clubes, escolas e outros locais devem ser procurados para apoiar a mobilização e estabelecer contatos com os moradores. Os convites devem ser feitos pessoalmente, ressaltando a importância da participação e sua finalidade, promovendo a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação, manutenção e acompanhamento dos bens e serviços previstos na intervenção, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local, e estimular a plena apropriação pelas famílias beneficiárias.

Além disso, deve-se considerar que todo projeto necessita ser gerenciado de modo a assegurar que tudo o que foi planejado será executado e controlado na perspectiva de integração entre todos os elementos considerados. Nesse sentido, o trabalho social é o elo entre a realização da intervenção física e a população a ser atendida (BRASIL, 2014). Assim, deve-se trabalhar com a população no momento anterior às obras, durante as obras e posterior as obras, também chamada de pós-ocupação, contribuindo assim para superar a visão de que a moradia se resume ao espaço de habitação, passando a construção de uma visão integrativa que produz novos valores capazes de solidificar o empreendimento social (PAZ; TABOADA, 2010).

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Além de referências conceituais, busca-se na construção da trajetória metodológica da pesquisa traçar as linhas norteadoras da investigação, estabelecendo as técnicas de pesquisa aplicadas na coleta e análise dos dados, definição da estratégia de coletas de dados com o intento de expor com clareza o modo como o estudo foi pensado, como e através de quais instrumentos os dados foram coletados e tratados.

3.1 ETAPAS E TÉCNICAS DE PESQUISA APLICADAS NA COLETA DE DADOS

Em uma primeira aproximação ao objeto de estudo, destaca-se como linha norteadora da investigação os tipos de pesquisa descritos no quadro 1:

Quadro 1 - Técnicas de pesquisa aplicadas ao estudo

Atividade	Objetivo/Resultados
Pesquisa bibliográfica	Levantamento de dados qualitativos em publicações de estudos e pesquisas com a finalidade de estabelecer os marcos teóricos e regulatórios que estruturam a argumentação em torno de conceitos, aporte histórico, importância e desafios atribuídos ao tema em estudo.
Pesquisa documental	Levantamento da legislação e da regulamentação sobre a problemática da política habitacional visando estabelecer o ponto de convergência desta para com o objeto de estudo, carecendo de aprofundamento que se dará na fase da pesquisa ação.
Pesquisa de Campo Exploratória	Consistiu na coleta de dados e informações sobre casos concretos tomados como exemplos aproximativos ao objeto de estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

A definição das técnicas de pesquisa aplicadas foi feita com base nas colocações feitas por Minayo (2011) destacando a extensão, profundidade e importância de se ter clareza de que a metodologia é um processo que abarca desde a concepção teórica, passando pela compreensão da realidade empírica, numa estratégia de articulação com a situação concreta que forma a base do estudo na sua fase exploratória.

A pesquisa bibliográfica, assim como a pesquisa documental se aproximam em caráter de complementariedade, a parte bibliográfica consiste na coleta de dados em estudos sobre situações que trazem sua análise e uma conclusão que pode ser comprada a outras situações e

que só será concluída com a finalização do relatório de pesquisa. Ao passo que a parte documental não se traduz em coleta de dados que carecem de análise e de uma conclusão que será feita à luz dos argumentos teóricos que fundamentam a abordagem ao objeto de estudo (MARCONI; LAKATOS, 2017; GIL, 2019).

A pesquisa bibliográfica foi realizada através do levantamento de literatura realizado através de duas estratégias: 1) pesquisa na base de dados Scielo com a utilização do descritor “habitação de interesse social”. Os resultados iniciais foram filtrados a partir da leitura dos títulos e resumos. 2) A partir dos resultados finais encontrados na estratégia anterior, buscou-se identificar as referências nacionais e internacionais mais relevantes, as quais foram acessadas através da base de dados *Web of Science*, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e, quando necessário, nos repositórios digitais de instituições de ensino.

Quanto aos meios de investigação, caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratória, por se propor a estudar o fenômeno em seu local de ocorrência; pesquisa bibliográfica, por necessitar da utilização de materiais publicados sobre o tema dentro ou fora da instituição pesquisada (ROESCH, 2013; VERGARA, 2016; GIL, 2019).

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32). A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente.

A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica. Os documentos analisados podem ser atuais ou antigos, e podem ser usados para contextualização histórica, cultural, social e econômica de um lugar ou grupo de pessoas, em determinado momento da história. Por essa razão, é um tipo de pesquisa bastante utilizado nas ciências sociais e humanas. A pesquisa documental foi realizada através da identificação de legislação, normas e documentos associados com o tema central da pesquisa – Habitação de Interesse Social – e com o *locus* da pesquisa – Residencial Jader Soares Pimentel.

No que respeita a pesquisa exploratória esta é realizada quando o tema é pouco explorado, aspecto que dificulta a formulação de hipóteses, mas proporciona condições de, a partir de um contexto de realidade, fazer descrições precisas sobre a situação que se quer investigar e seus componentes. Nesse caso, a vivência do pesquisador em torno de situações como a descrita no problema de pesquisa justifica o emprego desse tipo de pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2017; GIL, 2019).

No quadro 2, buscou-se sintetizar as fases que foram empreendidas pelo pesquisador na aplicação metodológica da técnica da pesquisa de campo exploratória.

Quadro 2 - Delineamento das fases da pesquisa exploratória

Atividade	Objetivo/Resultado
1) Fase exploratória de preparação para imersão no contexto real da pesquisa.	Aproximação do pesquisador com o <i>locus</i> de pesquisa, entrosamento com a comunidade, identificação do funcionamento da política de habitação do município de Guarabira, contato com os agentes políticos e funcionários públicos e de pessoas da comunidade e interação com pessoas que poderão dar suporte ao trabalho de pesquisa.
2) Aplicação de questionário com beneficiários do Residencial Jader Soares Pimentel.	Trata-se da fase de coleta de dados, através de questionário, com o principal público envolvido pela pesquisa: os beneficiários das unidades do Residencial Jader Soares Pimentel.
3) Entrevista (Grupo Focal) com Equipe de Habitação da PMG	Complementa a coleta de dados por questionário e favorece a compreensão dos aspectos relacionados com a habitabilidade do empreendimento na visão da equipe de habitação do ente público.
4) Observação de Campo	Verificação <i>in loco</i> dos elementos visíveis dos indicadores utilizados na pesquisa.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

1) Fase exploratória - Para efetiva realização da pesquisa de campo, foi necessária a realização de uma visita prévia. Inicialmente para estabelecer contato pessoal com os agentes políticos da cidade, em especial com o Prefeito de Guarabira. A visita, teve como objetivo apresentar a ideia inicial da pesquisa e verificar a possibilidade de demandar a disponibilização de alguns recursos materiais e parte do horário de trabalho de alguns servidores municipais para participar da pesquisa e auxiliar na mobilização dos moradores para responder ao instrumento de pesquisa da próxima etapa.

Com a anuência desse gestor público, foi fornecido acesso ao contêiner que a Prefeitura possui no Residencial como ponto de apoio. O próximo passo foi realizar, na companhia de dois secretários municipais designados para esta finalidade, uma visita ao Residencial Jader Nunes Pimentel. Estiveram presentes o Secretário da Ouvidoria, bem como o Secretário da Família, Bem Estar, da Criança e do Adolescente.

Na visita preliminar, que foi de suma importância para as etapas seguintes, dialogou-se diretamente com os técnicos que estão diariamente envolvidos com o cotidiano do Residencial. Foi apresentado nessa ocasião um cronograma das atividades que se pretendia realizar após essa visita preliminar, bem como os argumentos que justificavam porque esta

pesquisa poderia ser útil para o trabalho deles. A adesão foi imediata, o que se revelou como um fato de extrema relevância. Visto que permitiu um acesso facilitado ao campo de pesquisa na próxima fase, bem como se pudesse atingir uma amostragem tão expressiva de moradores na etapa seguinte.

2) Aplicação de questionário - Essa aplicação, tendo em vista a quantidade de perguntas necessárias para a captação das impressões dos moradores acerca do residencial, demandava um tempo razoável, em torno de 10 a 20 minutos. Foi utilizada a ferramenta do *GoogleForms*, com o intuito de agilizar o preenchimento do instrumento e sua tabulação. Essa opção também trouxe uma maior celeridade a aplicação.

Por outro lado, havia um outro fator que causou ampliação no tempo de aplicação: a constatação de que alguns respondentes não eram alfabetizados ou dispunham de nível de alfabetização funcional incipiente. Nestes casos, cada questão precisava ser pormenorizada em sua explicação, e, em alguns casos, ilustrada com exemplos. De modo que fosse possível uma compreensão mais aproximada do conteúdo tratado no item do instrumento aplicado e se fosse possível obter uma resposta consciente e coerente.

Atendendo aos princípios éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos, antes de cada coleta de dados foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (apêndice A) e explicado de que se tratava aquela pesquisa, bem como foi coletada a assinatura do respondente. Essas coletas de dados foram realizadas ao longo de três dias, sendo dois dias sequenciais e mais um dia para realização de coleta, em caráter de repescagem, dos moradores que não participaram nos dois primeiros dias.

As aplicações do instrumento foram realizadas no período das 9hs às 12hs e das 13hs às 17hs. Todas as aplicações ocorreram na base de trabalho (contêiner) dos servidores municipais que atuam no residencial e, também, no salão de festas. Mas, sempre com apoio dos técnicos para convocação dos moradores, através de grupos internos de *WhatsApp* e que possuem a participação desses servidores, bem como contando com a infraestrutura necessária fornecida pela Prefeitura, a exemplo de cadeiras, mesas, ambiente climatizado, extensões de energia, e até mesmo lanche. Em alguns momentos, foram registradas filas, mas, em pequeno volume que não trouxe inconvenientes perceptíveis para os moradores ou algum prejuízo para esta pesquisa.

3) Entrevista (grupo focal) - Nesta etapa, em que necessitávamos compreender a percepção dos técnicos sociais e outros servidores municipais envolvidos no projeto (alguns destes, estavam na equipe desde a concepção). O TLCE foi lido e assinado por todos os participantes. Foi apresentado o compromisso de que o conteúdo das gravações só seria de

acesso do pesquisador e do professor orientador, com finalidade exclusivamente acadêmica. Optou-se por registrar a entrevista em vídeo, para que não fosse perdido nenhum detalhe das respostas aos questionamentos.

Deve ser dito que a utilização de grupos focais, de forma isolada ou combinada com outras técnicas de coleta de dados primários, revela-se especialmente útil na pesquisa avaliativa. Trata-se de um tipo de abordagem que considera a visão dos diferentes sujeitos e contextos que integram o fenômeno a ser avaliado, difere-se da entrevista individual exatamente por basear-se em um processo interativo entre os participantes tornando-se assim um debate aberto e acessível em torno de assunto de conhecimento e vivência do grupo, tendo, portanto, um caráter dinâmico (MINAYO, 2000).

Para potencializar o emprego dessa abordagem, foram reunidos os 04 (quatro) técnicos envolvidos com o Residencial que, de forma muito solícita, responderam todos os questionamentos e esclareceram características do empreendimento que não seriam possíveis de se conhecer por outras fontes. E, em alguns momentos, também fizeram apontamentos de possíveis falhas que podem ser consideradas como pontos que estariam prejudicando o cotidiano do Residencial, aspecto importante que foi considerado no processo de análise proposto nesse estudo.

4) Observação de Campo - Foi realizada de forma contínua, desde a primeira visita. Trata-se de uma abordagem importante para avaliar situação de pós-ocupação de HIS, considerando a perspectiva de obtenção de um diagnóstico consistente e fidedigno na transcrição e análise dos dados coletados envolvendo o uso das edificações e desempenho do trabalho social realizado. De acordo com Gil (2019) a observação de campo permite que o pesquisador possa compreender complexos problemas tratados em pesquisa exploratórias, isto é, dentro do seu contexto de realidade.

Tendo como característica a abordagem da observação de campo, esse estudo potencializou essa técnica de coleta de dado tornando-a mais robusta com as entrevistas com os moradores e posteriormente com os técnicos, de modo que em momento posterior *in loco*, foi possível constatar, esclarecer ou retificar algumas das observações realizadas pelo grupo entrevistado na etapa anterior.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

A análise dos dados foi desenvolvida com suporte dos softwares JASP, versão 0.16.4.0, e IBM SPSS, versão 22. Inicialmente, foi desenvolvida uma inspeção nos dados

faltantes e outliers. Para os dados faltantes foi utilizado o procedimento de *listwise*, isto é, os casos em que havia dados faltantes em alguma das variáveis foram excluídos da análise (HAIR JR *et al.*, 2009). Para identificação de outliers foi utilizada a distância de Mahalanobis, em que os casos de uma função qui-quadrado com probabilidade inferior a 0,001 foram considerados casos extremos e excluídos das análises (TABACHNICK; FIDEL, 2013). Posteriormente, foram realizadas as estatísticas descritivas para explorar os itens do estudo de acordo com a amostra estudada. Após as estatísticas descritivas, foram implementadas, em cada dimensão (MIU, IS e SM), Análises de Componentes Principais (ACP), com rotação oblíqua (oblimin), a fim de verificar padrões de agrupamento e redução dos itens em fatores para análise (HAIR JR *et al.*, 2009).

Com base nos fatores determinados na ACP, foram calculadas as médias aritméticas dos itens de cada fator para as comparações entre os grupos demográficos da amostra. Para as comparações entre os grupos, foram utilizados os testes de Análise de Variância (ANOVA) e teste t de Student (COOPER; SCHINDLER, 2016). Os pressupostos de normalidade e de homogeneidade de variância foram verificados, respectivamente, a partir dos testes de Shapiro-Wilk (SW) e Levene (COOPER; SCHINDLER, 2016).

Para efetuar a Anova e o teste t foram implementados procedimentos de correção. O procedimento de *bootstrapping*, com 1000 reamostragens e correção de viés BCa, foi executado para garantir resultados robustos à ausência de normalidade. O processo de reamostragem implica no cálculo simulado de novas amostras a partir da amostra original para produzir novas médias, gerando limites inferiores e superiores em torno da diferença média dos grupos, em que a significância ocorre quando os intervalos não incluem o zero (EFRON; TIBSHIRANI, 1986).

Na prática, quando os limites inferiores e superiores têm o mesmo sinal, a diferença de média entre os grupos pode ser considerada significativa. Ademais, a significância da Anova foi extraída do teste de Brown-Forsythe, que é robusto para verificar igualdade de médias com variância heterogêneas de grupos, e o teste de Scheffé foi utilizado como post-hoc, uma vez que é mais conservador para comparações entre grupos (COOPER; SCHINDLER, 2016).

A entrevista gravada em vídeo com o grupo focal foi transcrita e o material coletado foi submetido à análise qualitativa de conteúdo, seguindo as três fases prescritas por Bardin (1977): 1) Pré análise; 2) Exploração do material; 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise foi a fase em que se organizou o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais.

Trata-se da organização propriamente dita, realizada por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, com o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados,

momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (BARDIN, 1977).

Segundo Bardin (1977), na fase de exploração do material é feita a definição de categorias que vão fazer parte do processo de interpretação e inferência de resultados, ou seja, essa é uma fase de descrição analítica do material coletado, possibilitando assim o entendimento do problema à luz de sua análise com base no referencial teórico apontado como base de suporte ao estudo que está sendo construído pelo pesquisador.

A última fase é destinada ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação que, conforme Bardin (1977) nela ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais. Em outras palavras, esse foi o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica do conteúdo coletado pelo pesquisador.

Complementando a fase operacional do tratamento dos dados, utilizou o software de edição de texto Word - Microsoft 365 - com o intuito de classificar opiniões semelhantes dentro dos dois primeiros eixos temáticos que foram utilizadas no outro instrumento de coleta de dados quantitativos: Moradia e Inserção Urbana; Inclusão Social.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentamos nesse capítulo, os resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos e técnicas de pesquisa, trazendo uma discussão sobre os achados considerando o problema delimitado para direcionar a investigação buscando obter resposta sobre a realidade atual de como se encontra a atual situação de pós-ocupação do Residencial Jäder Soares Pimentel, localizado na cidade de Guarabira/PB, de modo a tender ao objetivo de não só avaliar essa pós-ocupação, como também propor aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal desse município com vistas à inserção social das famílias.

Para atender ao propósito empreendido nessa pesquisa e aos seus objetivos específicos, a abordagem inicia por uma apresentação em que se descreve em que consiste e como está estruturada a atual política pública de habitação do município de Guarabira para, então, adentrar na construção de um diagnóstico sobre as condições de habitabilidade do Residencial Jäder Soares Pimentel, na percepção dos beneficiários, apontando ainda a percepção dos técnicos sociais da PMG sobre os fatores relacionados a HIS nesse Residencial. Esses resultados favoreceram a indicação de sugestões que possam conduzir os gestores públicos ao aperfeiçoamento do programa e da linha de ação política voltada para a habitação de interesse social da PMG.

4.1 A ATUAL POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA

As discussões em torno da política de habitação no município de Guarabira, cidade onde se desenvolve este estudo, já vêm há mais de duas décadas seguindo uma tendência histórica do que ocorre nas demais cidades do país. Pois com o natural adensamento populacional dos centros urbanos dos municípios, a questão da moradia tornou-se item obrigatório na ordem do dia de qualquer gestão pública.

Pesquisa documental revela que em Guarabira, cidade polo na região do Brejo Paraibano, não foi diferente. Em agosto de 2005, através da Leis Municipais nºs. 678/2005 e 679/2005, o município ficou autorizado a conveniar-se com o Programa Federal de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH e criou o Fundo Municipal de Habitação (FMH) e o Conselho Municipal de Habitação (CMH), iniciando então, de forma efetiva sua participação no enfrentamento a problemática da moradia, o já extinto PSH, era um programa do Governo

Federal que possuía para sua efetiva contratualização a necessidade de contrapartida dos Governos locais.

Vale ressaltar que na legislação que criou o CMH, estava contemplado a seguinte composição: 1) um representante da Secretaria de finanças; 2) um representante da Secretaria de infraestrutura; 3) um representante da Secretaria da Família e Bem Estar Social, que mais tarde viria a ser denominada de Secretaria da Família, Bem Estar, Criança e Adolescente; 4) um representante da Câmara Municipal; 5) um representante da associação de moradores; 6) um representante da Procuradoria Jurídica; 7) um representante da Associação Comercial, todos indicados com seus respectivos suplentes e com mandato de 02 (dois) anos, chamo a atenção para a necessidade da participação de mais 02 (duas) Secretarias Municipais, Educação e Saúde, também ressalto que, em que pese a absoluta importância da participação das mais diversas Secretarias do Governo Municipal, entendemos que seria fundamental a presença paritária de membros da sociedade civil, de modo a garantir o local de fala da comunidade beneficiada.

Os documentos mobilizados através da pesquisa mostram que em dezembro de 2008, através da Lei nº 810/08, o Governo Municipal criou o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FHIS e instituiu seu Conselho Gestor, com o objetivo de definir as fontes orçamentárias e a fixação de critérios para utilização de recursos públicos as ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social.

O que ficou mais detalhado com o advento da Lei nº 861/09, documento em que o município definiu critérios objetivos de normas e procedimentos a serem adotados por beneficiados de programas de moradia popular do município. Neste mesmo ano, em 2009, houve sem dúvidas uma grande virada de chave para a política habitacional em todo o Brasil, é que em março deste ano, foi criado o programa de habitação federal, Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que tinha como objetivo subsidiar a aquisição de casas ou apartamentos para famílias com renda de até R\$ 1,8 mil.

Para que o Município, àquela altura já contemplado com unidades habitacionais do PMCMV Guarabira Park I e II, que mais tarde, viria a ser denominado de Jader Pimentel, coube então, colocar para funcionar através do Decreto 45/19 o já criando Conselho Municipal de Habitação (CMH), e posteriormente como ação do Colegiado, a edição do Decreto 48/19, este, definindo critérios adicionais aos já constantes na Lei Federal que criou o Programa, para auxiliar na criterização dos proponentes beneficiários, de modo a tentar, reduzir a chaga da desigualdade social.

Através do Decreto 48/19 foram definidos a adoção para além dos critérios nacionais, os seguintes: 1) famílias residentes em áreas de risco de desabamento ou com risco de contrair

doenças e/ou famílias desabrigadas; 2) famílias sustentadas por mulheres, com prova declarada; 3) famílias que tenham parente deficiente, com devido laudo médico; 4) famílias que residam em Guarabira por no mínimo 03 (três) anos, devidamente comprovadas pelas contas de água, luz, internet, fatura de cartão, outros; 5) famílias onde crianças e adolescentes sejam cuidadas por uma pessoa só (mãe, pai, parente ou responsável legal), comprovado por documento de filiação e documento oficial emitido pela Justiça; 6) famílias com agregados na casa.

Seguindo o avanço histórico de sua atuação na construção de sua política de habitação, em junho de 2020, coube ao município editar a Lei nº 1.831/20, mediante a qual o Poder Legislativo, autorizou a PMG, repassar recursos vinculados ao contrato de cooperação para execução das obras de infraestrutura interna no Residencial Jader Pimentel (Guarabira Park I e II), cujo serviços abrangem as seguintes intervenções: 1) adutora de água tratada por gravidade sob pressão; 2) reservatório apoiado com capacidade de 1.000 m³; 3) estação elevatória água tratada; 4) adutora de água tratada; 5) reservatório elevado com capacidade de 300 m³; 6) estação elevatória de esgoto; 7) emissário de esgoto por recalque; 8) *stand pipe*; 9) emissário de esgoto por gravidade.

Todo esse compêndio mencionado acima, delineou os caminhos que foram percorridos, até aqui, na construção e execução do atual programa habitacional no município de Guarabira, entretanto, poderá ser necessário, que, a partir das impressões a serem obtidas por este estudo, tenha-se a necessidade de uma revisita a elas, com o objetivo de aprimorá-las, a partir da avaliação efetiva dos desdobramentos de suas aplicabilidades, como por exemplo a observação já feita sobre o Conselho Municipal de Habitação - CMH.

4.2 DIAGNÓSTICO DE HABITABILIDADE DO RESIDENCIAL JÁDER SOARES PIMENTEL

Foram adotados nesta pesquisa dois pressupostos: 1) que um sistema de avaliações que se pretenda efetivo, é sempre derivado de uma construção deliberada com vistas a atender necessidades específicas de um ambiente institucional particular. Esse sistema é fruto de um esforço coletivo de tentativa e erro, de aprender fazendo, pois não existem um modelo universal, nem receitas genéricas aplicáveis; 2) a verdadeira gestão pública jamais poderá ser exercida sem um processo sistemático de avaliação (GARCIA, 2001).

Esses pressupostos perpassam a compreensão de que, considerando a questão da habitação e seus entraves, a grande maioria da população brasileira ainda necessita de uma ampla presença do poder público, conduzida com eficiência, eficácia e equidade, sobretudo ante

a perspectiva apontada por Silva (2013), Meylan (2019) e Marques (2018) destacando a observação de que a falta de acesso à habitação é uma das maiores dívidas históricas do Estado para com as famílias de baixa renda no Brasil.

Nas próximas subseções serão apresentados os resultados da análise e discussão dos dados quantitativos coletados com os moradores do Residencial Jader Soares Pimentel.

4.2.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DEMOGRÁFICOS

Neste tópico serão apresentadas as análises descritivas dos dados dos beneficiários que fizeram parte da amostra da pesquisa, com o intuito de detalhar o perfil demográfico. A tabela 1 retrata as características de idade, renda, quantidade de filhos, quantidade de filhos com deficiência, estado civil e ocupação.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas da amostra

Variável	Mediana	Média	D.P	Mínimo	Máximo
Idade	38	40,25	12,16	19	80
Qtd Filhos	2	2,18	1,52	0	13
Filhos PCD	0	0,31	0,89	0	4
Renda	Categoria		Frequência (%)		
	Até 1 Salário		92,2		
	Entre 1 e 2 salários		7,8		
	Acima de 2		0		
Estado Civil	Categoria		Frequência (%)		
	Solteiro		55,80		
	Casado		19,50		
	Divorciado		6,90		
	Separado		1,30		
	União Estável		12,60		
	Viúvo		3,90		
Ocupação	Categoria		Frequência (%)		
	Aposentado		2,59		
	Autônomo		12,50		
	Desempregado		28,88		
	Do lar		44,40		
	Empregado		11,64		

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Analisando os dados referentes à idade se constata que, embora exista uma variação ampla (19 a 80 anos), foi observado que 94% dos respondentes estão tipicamente dentro da faixa etária da população com idade para a qual se tem expectativa de estar no mercado de trabalho – menos de 65 anos para os homens e menos de 62 anos para as mulheres, já que essas são as idades mínimas para aposentadoria

É pertinente registrar que, a maioria das pessoas que participaram tem idade em torno de 38 anos. Trata-se de um achado relevante, haja vista a observação de que os danos causados pela falta de moradia adequada, vão além das limitações vividas por quem não possui um teto para se abrigar, vivenciando ainda o enfrentamento de situações que envolvem a dificuldade de acesso a emprego, saúde e renda, perpetuando a pobreza e reduzindo as chances de autonomia e protagonismo social que a HIS favorece (MARQUES, 2018).

Com relação à variável renda, os dados mostram que a renda típica é majoritariamente de até um salário mínimo (R\$1.320,00), com poucos casos de pessoas com renda entre 1 e 2 salários-mínimos. Não foram identificados casos de pessoas com renda superior a 2 salários-mínimos. A baixa ocorrência de pessoas com renda superior a um salário-mínimo pode ser explicada pela faixa de renda exigida para participar do programa habitacional, pela instituição que financiou os imóveis - Caixa Econômica Federal.

Os dados sobre renda constituem um achado importante por se tratar de um dos elementos presentes na dimensão do indicador que identifica quem pode ser beneficiário do programa de habitação popular, o qual atende famílias em situação de pobreza. Nesse sentido, o resultado guarda coerência com a argumentação desenvolvida no estudo de Póvoa e Guimarães (2004) mostrando que existe necessidade de políticas públicas para atender um grande contingente populacional que não possui renda suficiente e, portanto, não estão em condições de atender a critérios de financiamento de moradia.

Em se tratando da variável quantidade de filhos, foi identificado que os respondentes têm em média 2,18 filhos, com 91% de pessoas com filhos. Entre as que tem filhos, 13,27% têm algum dos filhos com deficiência. Nesse sentido, a dimensão envolvendo os componentes integrantes da família é uma dimensão do indicador de beneficiários de programas de HIS, conforme atesta Meylan (2019) esse indicador é importante quando se considera a perspectiva de inserção social das famílias. O mesmo ocorre com a identificação de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, dado que serve como base para definição da infraestrutura e equipamento necessário com vistas a acessibilidade dessas pessoas, conforme destaca Marques (2018).

Em relação ao estado civil, 67,67% das pessoas não estão em convivência conjugal. Esse último percentual e o percentual de pessoas com filhos pode chamar a atenção devido ao volume alcançado, mas pode ser explicado devido a dois dos seis critérios adotados para priorização dos proponentes a participar do programa habitacional. É pertinente chamar atenção para o fato de que o Decreto Municipal 048/2019 estabeleceu prioridade para famílias com parentes deficientes ou que possuam crianças e adolescentes cuidados por um único parente.

Sobre a variável estado civil, associada a variável quantidade de filhos deve ser destacada sua importância com fator chave em focar as ações da HIS nas famílias, sobretudo naquelas que mais precisam de apoio por serem vítimas da exclusão social, aspecto corroborado por Silva (2017) ao abordar a trajetória das políticas voltadas para a oferta de moradia no Brasil, sobretudo para atender a população de baixa renda, oferecendo moradias adequadas as suas necessidades.

Quanto a ocupação, apenas 11,64% fazem parte do mercado formal de trabalho. Com elevado volume (73,28%) de pessoas desempregadas ou se dedicando a atividades do lar. Como a pesquisa foi realizada menos de um ano após a retomada plena das atividades de trabalho, com a respectiva redução das restrições derivadas da pandemia de Covid-19, parte das pessoas pode não ter recuperado sua situação de trabalho formal.

A variável ocupação depende das condições do desempenho da economia do país, da sua capacidade de aplicar investimentos, os quais vão gerar emprego e renda. Assim, sendo é importante chamar atenção para o elevado percentual de pessoas sem ocupação e, portanto, dependendo de programas de transferência de renda, ou seja, conforme se depreende da leitura do trabalho de Meylan (2019), isso passa a requerer maior aporte de recursos para poder realizar um trabalho técnico capaz de abrir novas perspectivas aos beneficiários do programa de HIS.

4.2.2 ANÁLISE DESCRITIVA DAS DIMENSÕES DO ESTUDO

Também foram realizadas análises descritivas das dimensões do estudo. A tabela 2 demonstra as estatísticas descritivas da dimensão Moradia e Inserção Urbana.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas da Dimensão Moradia e Inserção Urbana

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
MIU12	228	4	3,74	0,91	3	4	4	0,814 (< 0,001)
MIU13	227	5	3,46	0,92	3	4	4	0,837 (< 0,001)
MIU14	224	8	2,63	1,00	2	2	4	0,870 (< 0,001)
MIU15	223	9	3,33	0,93	3	4	4	0,843 (< 0,001)
MIU16	225	7	2,79	1,01	2	3	4	0,862 (< 0,001)
MIU17	227	5	3,88	0,95	4	4	4	0,799 (< 0,001)
MIU18	231	1	2,97	1,06	2	3	4	0,849 (< 0,001)
MIU19_PS	225	7	4,58	0,69	4	5	5	0,623 (< 0,001)
MIU19_E	211	21	1,61	0,78	1	1	2	0,712 (< 0,001)
MIU19_C	196	36	1,66	0,84	1	1	2	0,703 (< 0,001)
MIU19_PP	227	5	1,11	0,41	1	1	1	0,285 (< 0,001)
MIU19_QE	228	4	1,01	0,09	1	1	1	0,067 (< 0,001)
MIU19_CRAS	224	8	1,23	0,60	1	1	1	0,420 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Para verificação de como as distribuições das pontuações se comportam, foi realizado o teste de Shapiro-Wilk, cujos resultados foram não significativos ($p < 0,05$). Então cada distribuição em questão é significativamente diferente de uma distribuição normal. Ou seja, todos os itens apresentam uma distribuição não normal (FIELD, 2018).

Pode-se observar que, na média, o item melhor avaliado foi o MIU19_PS, relacionado à avaliação sobre o posto de saúde. Depois, os itens MIU17, sobre a ventilação e iluminação direta nos cômodos dos apartamentos, e MIU12, associado aos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Essa melhor avaliação do posto de saúde e dos cômodos dos apartamentos podem ter sido influenciadas pelas condições anteriores de habitação dos beneficiados pelo programa. Como afirmado por Borges (2018, p.124), “a questão de terem conseguido um teto construído de forma regular e inserido em local mais adequado do que aquele em que viviam, representa uma mudança radical”.

A tabela 2 também demonstra que as piores avaliações são sobre a quadra de esportes (MIU19_QE), posto de polícia (MIU19_PP) e centro de assistência social (MIU19_CRAS). Além disso, não foi verificada a normalidade da distribuição de nenhum dos itens, de acordo com o teste de Shapiro-Wilk. Em pesquisa coordenada por Fernandes (2009) também foi constatada avaliação negativa em relação à segurança pública.

Com relação à Dimensão Inclusão Social, a tabela 3 também demonstra as estatísticas descritivas para cada item.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas da Dimensão Inclusão Social

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
IS20	228	4	3,11	0,94	2	3	4	0,852 (< 0,001)
IS21	228	4	2,94	0,90	2	3	4	0,877 (< 0,001)
IS22	232	0	0,20	0,55	0	0	0	0,413 (< 0,001)
IS23	232	0	0,05	0,24	0	0	0	0,217 (< 0,001)
IS24	232	0	0,21	0,61	0	0	0	0,386 (< 0,001)
IS25	232	0	2,35	1,60	1	2	3	0,934 (< 0,001)
IS26	229	3	3,66	1,00	3	4	4	0,855 (< 0,001)
IS27	229	3	3,18	1,42	2	3	5	0,864 (< 0,001)
IS28	231	1	4,18	0,78	4	4	5	0,763 (< 0,001)
IS29	230	2	2,72	0,95	2	2	4	0,820 (< 0,001)
IS30	227	5	2,83	0,99	2	3	4	0,862 (< 0,001)
IS31	187	45	2,64	0,99	2	3	3	0,896 (< 0,001)
IS32_atraso	232	0	1,65	0,48	1	2	2	0,604 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Pode-se observar que, na média, o item melhor avaliado foi o IS28, relacionado às formas de violência urbana que não são considerados casos graves. Também foram bem

avaliados o sinal de telefone e internet (IS26) e o item sobre o conhecimento das ações do poder público (IS27). Todos os itens citados mostram que para sanar o problema envolvendo a questão da moradia, não basta construir casas, pois é necessário criar as condições de infraestrutura, de comunicação e de segurança para oferecer condições dignas aos seus ocupantes, conforme mostram os estudos feitos por Silva (2013), Vasconcellos, Sobrinho e Alves (2016).

Por outro lado, as piores avaliações estão relacionadas ao acesso à creche infantil (IS23), ao número de crianças fora do ensino fundamental (IS22) e à oportunidade para que jovens sejam inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura (IS24). Ademais, o teste de Shapiro-Wilk também não suportou a hipótese de normalidade da distribuição para nenhum dos itens. Esses resultados apontam que os serviços públicos mencionados acima, não estão atendendo a perspectiva dos moradores, ou pela ausência ou em virtude da qualidade do serviço está insuficiente, ou até mesmo, por desconhecimento da oferta do serviço público ofertado.

Quanto à Dimensão Satisfação do Morador, a tabela 4 revela as estatísticas descritivas para cada item.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas da Dimensão Satisfação do Morador

Item	N	Perd.	Média	D.P	1º quartil	2º quartil	3º quartil	SW (p-valor)
SM34	231	1	4,10	0,91	4	4	5	0,740 (< 0,001)
SM35	232	0	4,21	0,68	4	4	5	0,715 (< 0,001)
SM36	230	2	4,57	0,55	4	5	5	0,650 (< 0,001)
SM37	186	46	2,04	0,86	1,25	2	2	0,807 (< 0,001)
SM38	224	8	3,43	1,16	2	4	4	0,847 (< 0,001)
SM39	231	1	4,36	0,58	4	4	5	0,711 (< 0,001)
SM40	228	4	4,15	0,72	4	4	5	0,706 (< 0,001)
SM41	225	7	4,34	0,52	4	4	5	0,680 (< 0,001)
SM42	226	6	3,22	0,85	3	3	4	0,852 (< 0,001)
SM43	228	4	3,94	0,79	4	4	4	0,799 (< 0,001)
SM44	231	1	3,86	0,85	4	4	4	0,818 (< 0,001)
SM45	230	2	4,05	1,02	3,25	4	5	0,816 (< 0,001)
SM46	227	5	3,61	0,86	3	4	4	0,846 (< 0,001)
SM47	225	7	3,16	0,80	3	3	4	0,854 (< 0,001)
SM48	226	6	3,65	1,23	2	4	5	0,851 (< 0,001)
SM49	229	3	4,01	0,70	4	4	4	0,720 (< 0,001)
SM50	231	1	2,95	0,91	2	3	4	0,880 (< 0,001)
SM51	232	0	3,77	0,92	3	4	4	0,811 (< 0,001)

Legendas: N: dados válidos; Perd: Dados perdidos; D.P.: Desvio-padrão; SW: teste Shapiro-Wilk

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Da leitura dos dados acima pode-se observar que, na média, o item de melhor satisfação dos moradores foi o SM36, relacionado à coleta de lixo, seguido da satisfação com a rede elétrica (SM39) e ao acesso de pedestres (SM41). No entanto, o nível de satisfação do morador é pior, respectivamente, quanto à varrição (SM37), participação dos moradores na conservação dos equipamentos (SM50) e os grupos de convivência e de participação social

(SM47). Por fim, o teste de Shapiro-Wilk também não suportou à hipótese de normalidade da distribuição dos dados em nenhum dos itens.

De forma diferente destes respondentes, Fernandes (2009) constatou que, em empreendimento com finalidade semelhante em Osasco/SP, houve insatisfação com os serviços de coleta de lixo devido as ruas serem estreitas, haver detritos depositados em locais inadequados e criação de animais de médio e grande porte no local. Por outro lado, o serviço de iluminação pública também foi avaliado positivamente.

4.2.3 ANÁLISE DE COMPONENTES PRINCIPAIS

Uma Análise de Componentes Principais da dimensão Moradia e Inserção Urbana foi implementada. A solução fatorial final foi demonstrada na tabela 5.

Tabela 5 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Moradia e Inserção Urbana

Itens	Comunalidade	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
MIU19_E	0,734	0,838	0,064	0,030	0,009
MIU19_C	0,730	0,834	0,145	-0,019	0,024
MIU19_PS	0,590	-0,731	0,098	0,194	-0,268
MIU14	0,644	0,103	0,768	0,078	0,248
MIU16	0,576	0,182	0,656	-0,296	0,364
MIU13	0,558	0,176	0,646	-0,404	0,090
MIU19_CRAS	0,604	0,382	-0,527	-0,170	0,380
MIU19_QE	0,548	0,153	-0,026	0,700	0,043
MIU15	0,436	0,270	0,179	-0,607	0,187
MIU18	0,540	0,070	0,146	-0,267	0,699
MIU17	0,633	0,012	0,169	0,317	0,687
Variância dos Fatores:		22,22%	16,66%	10,90%	10,18%

Método de Extração: Análise de Componente Principal; Método de Rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser; KMO = 0,659 e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Os itens MIU_PP e MIU12 foram excluídos das análises em função da baixa carga fatorial em todos os fatores. A solução fatorial final resultou em 4 fatores a partir dos *eigenvalues* superiores a 1 (HAIR JR *et al.*, 2009), com variância total explicada de 59,95%. De acordo com Hair Jr *et al.* (2009), a amostra foi considerada adequada para análise, considerando o teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,659) e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Além disso, as cargas fatoriais são consideradas altas (acima de 0,50) e a maioria das comunalidades atendeu ao critério de Hair Jr *et al.* (2009), isto é, foram superiores a 0,60. Os quatro fatores criados foram nomeados de Inserção por Saúde e Educação (Fator 1, itens MIU19_E, MIU19_C e MIU19_PS), Inserção por Lazer e Áreas Verdes (Fator 2, itens MIU13,

MIU14, MIU16 e MIU19_CRAS), Inserção por Esportes (Fator 3, itens MIU19_QE e MIU15) e Inserção por Conforto e Conservação (Fator 4, itens MIU17 e MIU18). Esses aspectos estão em conformidade com o que foi constatado na dimensão inserção urbana descrita no estudo feito por Meylan (2019), revestindo-se de importância para a abordagem aqui desenvolvida.

Cabe mencionar que houve itens que se associaram negativamente dentro dos fatores, o que implica dizer que os indivíduos não se sentem inseridos em função do Posto de Saúde (Fator 1), Assistência Social (Fator 2) e Vias Arborizadas (Fator 3). Embora apresente-se em menor escala, esses itens devem ser considerados na busca de obter uma melhor inserção urbana do empreendimento que vai causar reflexos na sua inserção social (MEYLAN, 2019).

Uma Análise de Componentes Principais para a dimensão Inclusão Social também foi implementada. A solução fatorial final foi demonstrada na tabela 6.

Tabela 6 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Inclusão Social

Itens	Comunalidade	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5
IS30	0,702	0,780	-0,165	0,210	-0,039	0,009
IS29	0,616	0,649	0,150	-0,403	0,219	0,013
IS24	0,649	0,109	0,786	-0,105	-0,012	0,177
IS25	0,634	-0,165	0,766	0,014	-0,034	-0,068
IS27	0,571	-0,012	0,189	-0,739	0,008	-0,06
IS31	0,613	-0,044	-0,118	-0,758	-0,047	0,071
IS20	0,693	-0,171	-0,083	-0,046	0,767	0,069
IS22	0,625	0,464	0,163	0,14	0,653	0,146
IS21	0,615	0,380	-0,094	0,032	0,554	-0,467
IS26	0,799	0,098	0,046	-0,001	0,138	0,879
Variância dos Fatores:		16,84%	14,56%	12,67%	10,89%	10,20%

Método de Extração: Análise de Componente Principal; Método de Rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser; KMO = 0,526 e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Os itens IS23 e IS28 foram excluídos das análises em função da baixa carga fatorial em todos os fatores. A solução fatorial final resultou em 5 fatores a partir dos *eigenvalues* superiores a 1 (HAIR JR *et al.*, 2009), com variância total explicada de 65,16%. De acordo com Hair Jr *et al.* (2009), a amostra foi considerada adequada para análise, considerando o teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,526) e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Todas as cargas fatoriais dentro dos fatores foram consideradas altas ($> 0,50$), e a maioria das comunalidades superou o corte de 0,60. Os cinco fatores criados foram nomeados de Inclusão por Organização e Policiamento (Fator 1, itens IS30 e IS29), Inclusão por serviços de saúde e esporte e lazer (Fator 2, itens IS24 e IS25), Inclusão por conhecimento das ações do poder público (Fator 3, itens IS27 e IS31), Inclusão por oferta de serviços próximos (Fator 4, itens IS20, IS21 e IS22) e Inclusão em função de sinal de telefone e internet (Fator 5, item

IS26). Comparando os fatores atinentes à dimensão inclusão social associados positivamente, pode-se inferir com base no resultado da pesquisa realizada por Nery e Araújo (2018) que o suporte as necessidades sociais dos moradores do Residencial estudado estão sendo atendidas adequadamente.

Por outro lado, ao verificar que os itens IS27 e IS31, do Fator 3, se associaram negativamente aos demais fatores, o que implica dizer que os moradores não se sentem incluídos quanto ao conhecimento das ações do poder público e quanto às ações de apoio à reinserção no mercado de trabalho. Vale salientar que esse resultado não invalida as ponderações feitas por Nery e Araújo (2018) sobre necessidades sociais e moradia digna, por ser necessário que os beneficiários/moradores do Residencial busquem ser protagonistas da busca de solução para esse sentimento de não inclusão.

Também foi desenvolvida uma Análise de Componentes Principais da dimensão Satisfação do Morador. A solução fatorial final foi demonstrada na tabela 7.

Tabela 7 – Análise de Componentes Principais da Dimensão Satisfação do Morador

Itens	Comunalidade	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Fator 6
SM41	0,699	0,795	-0,080	0,219	0,019	-0,075	0,097
SM35	0,592	0,744	0,019	0,237	0,112	-0,115	0,116
SM40	0,613	0,742	-0,024	0,179	0,267	-0,287	-0,189
SM44	0,659	0,653	-0,386	0,234	0,355	-0,223	-0,043
SM43	0,551	0,574	0,310	-0,126	0,271	0,123	-0,201
SM34	0,330	0,421	0,338	0,251	0,254	-0,091	-0,068
SM47	0,609	-0,079	0,763	-0,093	-0,051	0,062	-0,001
SM42	0,581	0,140	0,557	0,353	0,188	-0,198	-0,419
SM38	0,722	0,125	-0,154	0,823	0,196	0,003	0,056
SM39	0,728	0,271	0,189	0,816	0,057	-0,125	-0,103
SM37	0,706	0,075	0,118	0,003	0,788	0,068	0,162
SM46	0,660	0,374	0,121	0,202	0,620	-0,398	-0,391
SM49	0,552	0,174	-0,348	0,307	0,613	-0,055	0,048
SM50	0,889	-0,059	0,013	0,010	0,028	0,922	-0,062
SM45	0,852	0,161	-0,029	0,079	0,211	-0,110	0,859
Variancias:		22,73%	10,57%	9,29%	8,35%	7,10%	6,91%

Método de Extração: Análise de Componente Principal; Método de Rotação: Oblimin com Normalização de Kaiser; KMO = 0,711 e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Os itens SM36, SM48 e SM51 foram excluídos das análises em função da carga fatorial cruzada em mais de um fator. A solução fatorial final resultou em 6 fatores a partir do *eigenvalue* superiores a 1 (HAIR JR *et al.*, 2009), com variância total explicada de 64,94%. De acordo com Hair Jr *et al.* (2009), a amostra foi considerada adequada para análise, considerando o teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,711) e teste de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$).

Os seis fatores criados foram nomeados de Satisfação com a Acessibilidade e serviços de Água e Esgoto (Fator 1, itens SM34, SM35, SM40, SM41, SM43 e SM44), Satisfação com Grupos de Convivência e Equipamentos Sociais (Fator 2, itens SM42 e SM47), Satisfação com Iluminação (Fator 3, itens SM38 e SM39), Satisfação com a Estética e Limpeza (Fator 4, itens SM37, SM46 e SM49), Satisfação com a Conservação dos Equipamentos (Fator 5, item SM50) e Satisfação com Capacidade de lidar com Inundações e Alagamentos (Fator 6, item SM45).

Todos os seis fatores que atestam a dimensão satisfação do morador é uma referência importante quando se leva em consideração o objetivo 11 e a meta 1 do ODS, em que a questão da moradia surge atreladas não só como aspecto relacionada aos direitos sociais, mas como questão de dignidade, de oferta de condições de habitação adequada as necessidades de seus ocupantes (ONU BRASIL, 2021).

Apenas o item SM34 apresentou baixa carga fatorial e comunalidade, mas, de acordo com Hair *et al.* (2009), são valores aceitáveis considerando o tamanho da amostra (> 200).

Esse conjunto de resultados corrobora os achados de Pires e Calegari (2017) mostrando a importância de que a HIS seja planejada de modo a propiciar condições dignas de moradia aos que serão beneficiados com a aquisição de sua casa própria.

4.2.4 ANÁLISE DE COMPARAÇÃO ENTRE OS GRUPOS DEMOGRÁFICOS

Comparação por Idade

Inicialmente, foi avaliado se a idade do respondente impacta em suas avaliações. A idade do respondente foi dividida em função da mediana da amostra, de 38 anos, então dois grupos foram criados, sendo um até 38 anos ($n = 112$) e outro acima de 38 anos ($n = 108$). Conforme demonstra a tabela 8, não foram identificadas diferenças significantes ($p \leq 0,05$) nas avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da idade do respondente.

Tabela 8 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 38 anos	2,69 (0,61)	-0,12	$t = -1,215$ (gl: 218), $p = 0,226$	-0,32	0,06
	Acima de 38 anos	2,81 (0,76)				
MIU_F2	Até 38 anos	2,47 (0,57)	-0,09	$t = -1,131$ (gl: 218), $p = 0,259$	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	2,55 (0,59)				
MIU_F3	Até 38 anos	2,12 (0,53)	<0,01	$t = 0,005$ (gl: 218), $p = 0,996$	-0,14	0,15
	Acima de 38 anos	2,12 (0,52)				
MIU_F4	Até 38 anos	3,36 (0,73)	-0,15	$t = -1,477$ (gl: 218), $p = 0,141$	-0,37	0,04
	Acima de 38 anos	3,51 (0,80)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** bootstrapping com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Como apontam Souza-Lopes e Saab (2018), moradia adequada é um conceito relacionado às várias dimensões que englobam desde a questão da privacidade até a segurança e infraestrutura adequada incluindo a parte estrutural da edificação como também qualidade ambiental e de saúde; e adequada localização com relação ao trabalho e serviços básicos, devendo todos esses componentes ter um custo disponível e acessível, em outras palavras, o direito a moradia digna envolve um conjunto amplo de possibilidade que, a nosso ver, a medida em que a idade aumenta, essa percepção se torna mais presente e é também considerada como sendo de maior importância., o que pode justificar o conjunto de dados apresentados na tabela 8 aqui analisados.

Com relação à dimensão Inclusão Social, foi encontrada uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 2. Conforme demonstra a tabela 9, em média, os respondentes de menor idade (até 38 anos) têm uma avaliação superior quanto à inclusão social por serviços de saúde e esporte e lazer.

Tabela 9 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 38 anos	2,69 (0,75)	-0,17	t = -1,656 (gl: 218), p = 0,099	-0,38	0,05
	Acima de 38 anos	2,87 (0,81)				
IS_F2	Até 38 anos	1,47 (0,94)	0,37	t = 2,957 (gl: 218), p = 0,003	0,13	0,62
	Acima de 38 anos	1,10 (0,90)				
IS_F3	Até 38 anos	3,03 (1,10)	0,12	t = 0,804 (gl: 218), p = 0,423	-0,20	0,44
	Acima de 38 anos	2,91 (1,18)				
IS_F4	Até 38 anos	2,02 (0,55)	-0,10	t = -1,270 (gl: 218), p = 0,206	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	2,12 (0,58)				
IS_F5	Até 38 anos	3,56 (1,03)	-0,21	t = -1,525 (gl: 218), p = 0,129	-0,50	0,06
	Acima de 38 anos	3,77 (0,97)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

A diversidade do debate em torno da dimensão inclusão social, atrelada aos fatores presentes na caracterização do que Souza-Lopes e Saab (2018) consideram como sendo moradia adequada nos permite inferir que essa avaliação conferida aos itens serviço de saúde e lazer apontada na tabela 9, mostra uma relação de interdependência entre esses fatores, chegando perto do que Borges (2018) aponta como mudança radical na vida daqueles que contam com esses tipos de serviços integrado ao espaço da HIS.

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, foi encontrada uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 3. Conforme demonstra a tabela 10, em média, os respondentes de

maior idade (acima de 38 anos) têm uma avaliação superior relacionada à satisfação com a iluminação.

Tabela 10 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da idade do respondente

Fator	Categoria (idade)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 38 anos	4,10 (0,55)	-0,16	t = -0,253 (gl: 218), p = 0,801	-0,16	0,11
	Acima de 38 anos	4,11 (0,40)				
SM_F2	Até 38 anos	3,15 (0,64)	-0,08	t = -0,974 (gl: 218), p = 0,331	-0,25	0,07
	Acima de 38 anos	3,23 (0,65)				
SM_F3	Até 38 anos	3,76 (0,75)	-0,29	t = -2,845 (gl: 218), p = 0,005	-0,48	-0,09
	Acima de 38 anos	4,05 (0,75)				
SM_F4	Até 38 anos	3,33 (0,57)	-0,03	t = -0,330 (gl: 218), p = 0,742	-0,20	0,15
	Acima de 38 anos	3,35 (0,67)				
SM_F5	Até 38 anos	2,96 (0,90)	0,01	t = 0,087 (gl: 218), p = 0,931	-0,22	0,24
	Acima de 38 anos	2,95 (0,94)				
SM_F6	Até 38 anos	4,08 (1,02)	0,03	t = 0,247 (gl: 218), p = 0,805	-0,24	0,31
	Acima de 38 anos	4,05 (1,02)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Esse achado destacado na tabela 10, corrobora o resultado encontrado por Fernandes (2009) sobre esse item em sua pesquisa, o que nos leva a considerar segundo a perspectiva traçada por Borges (2018) que se trata de questão que leva a maior segurança dos moradores do Residencial investigado nesse estudo.

Comparação por Renda

Com relação à renda, a amostra continha dois grupos com níveis de renda distintos, sendo um até 1 salário mínimo (n = 202) e outro com renda de 1 a 2 salários mínimos (n = 18). A tabela 11 demonstra que não foram identificadas diferenças significantes nas avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da renda do respondente.

Tabela 11 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 1 salário	2,76 (0,70)	0,15	t = 0,888 (gl: 218), p = 0,376	-0,13	0,43
	Entre 1 e 2 salários	2,61 (0,51)				
MIU_F2	Até 1 salário	2,51 (0,58)	0,06	t = 0,423 (gl: 218), p = 0,673	-0,24	0,32
	Entre 1 e 2 salários	2,45 (0,58)				
MIU_F3	Até 1 salário	2,11 (0,53)	-0,12	t = -0,897 (gl:218), p = 0,371	-0,32	0,13
	Entre 1 e 2 salários	2,22 (0,46)				
MIU_F4	Até 1 salário	3,43 (0,78)	-0,04	t = -0,233 (gl:218), p = 0,816	-0,35	0,26
	Entre 1 e 2 salários	3,47 (0,65)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Há de se considerar o que foi exposto por Marques (2018) sobre as mudanças que o trabalho social feito com os moradores da HIS proporciona que, a nosso ver segue o mesmo parâmetro para qualquer categoria de renda sobretudo aquela vinculada o público meta do financiamento do programa de HIS, aproximando-se sensivelmente dos achados obtidos por Fernandes (2009) e Marques (2018) reportando-se a infraestrutura de suporte as necessidades sociais desses grupos beneficiados pela HIS.

Com relação à dimensão Inclusão Social, foi encontrada uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 3. Conforme demonstra a tabela 12, em média, os respondentes com maior renda (entre 1 e 2 salários mínimos) se sentem mais incluídos pelo conhecimento das ações do poder público.

Tabela 12 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 1 salário	2,75 (0,74)	-0,33	t = -1,743 (gl: 218), p = 0,083	-0,85	0,23
	Entre 1 e 2 salários	3,08 (1,10)				
IS_F2	Até 1 salário	1,30 (0,91)	0,19	t = 0,839 (gl: 218), p = 0,402	-0,40	0,71
	Entre 1 e 2 salários	1,11 (1,21)				
IS_F3	Até 1 salário	2,90 (1,13)	-0,85	t = -3,081 (gl: 218), p = 0,002	-1,33	-0,39
	Entre 1 e 2 salários	3,75 (0,96)				
IS_F4	Até 1 salário	2,07 (0,55)	0,02	t = 0,111 (gl: 218), p = 0,912	-0,30	0,30
	Entre 1 e 2 salários	2,06 (0,70)				
IS_F5	Até 1 salário	3,66 (1,02)	-0,06	t = -0,258 (gl: 218), p = 0,797	-0,47	0,35
	Entre 1 e 2 salários	3,72 (0,89)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Maior nível de renda versus melhor avaliação quanto à percepção da inclusão social referente ao conhecimento das ações do setor público possibilitando assim estabelecer a inferência de autonomia e protagonismo apontada por Nery e Araújo (2018), levando a consideração de tratar-se de achado importante da pesquisa pois quanto mais informação o morador obtiver, maior deve ser a possibilidade de agir de modo a manter o seu espaço de habitação conservado e de busca daquilo que o Estado deve lhe proporcionar através de sua política de habitação.

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, embora o teste t paramétrico não tenha sido significativo (p = 0,128), a reamostragem (bootstrapping) encontrou uma diferença significativa quanto à avaliação do Fator 3, considerando que os limites inferiores e superiores não cruzam o zero (ambos têm sinal negativo). Conforme demonstra a tabela 13, em média, os

respondentes de maior renda (renda entre 1 e 2 salários) têm uma avaliação superior relacionada à satisfação com a iluminação.

Tabela 13 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da renda do respondente

Fator	Categoria (salários)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 1 salário	4,11 (0,48)	0,07	t = 0,623 (gl: 218), p = 0,534	-0,17	0,29
	Entre 1 e 2 salários	4,04 (0,45)				
SM_F2	Até 1 salário	3,17 (0,62)	-0,25	t = -1,581 (gl: 218), p = 0,115	-0,57	0,12
	Entre 1 e 2 salários	3,42 (0,79)				
SM_F3	Até 1 salário	3,88 (0,77)	-0,29	t = -1,529 (gl: 218), p = 0,128	-0,58	-0,02
	Entre 1 e 2 salários	4,17 (0,62)				
SM_F4	Até 1 salário	3,33 (0,61)	-0,13	t = -0,873 (gl: 218), p = 0,384	-0,44	0,17
	Entre 1 e 2 salários	3,46 (0,69)				
SM_F5	Até 1 salário	2,99 (0,89)	0,38	t = 1,713 (gl: 218), p = 0,088	-0,09	0,82
	Entre 1 e 2 salários	2,61 (1,04)				
SM_F6	Até 1 salário	4,05 (1,02)	-0,11	t = -0,447 (gl: 218), p = 0,655	-0,56	0,32
	Entre 1 e 2 salários	4,17 (1,04)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.
Fonte: elaborada pelo autor (2023)

Iluminação pública é serviço essencial conforme percebido pelos respondentes com renda superior, conforme extrato dos dados apresentados na tabela 13, e é também aspecto relacionado as políticas públicas de interesse social, atuando em conjunto com a política habitacional, confere melhor qualidade de vida aos moradores de qualquer HIS (PIRES; CALEGARI, 2017).

Comparação por quantidade de filhos

Conforme distribuição exposta na tabela 14, a quantidade de filhos do respondente foi dividida em função da mediana da amostra, de 2 filhos, então dois grupos foram criados, sendo um até 2 filhos (n = 144) e outro acima de 2 filhos (n = 76).

Tabela 14 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da quantidade de filhos do respondente

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Até 2 filhos	2,84 (0,71)	0,26	t = 2,705 (gl: 218), p = 0,007	0,10	0,42
	Acima de 2 filhos	2,58 (0,59)				
MIU_F2	Até 2 filhos	2,50 (0,61)	-0,02	t = -0,238 (gl: 218), p = 0,812	-0,18	0,12
	Acima de 2 filhos	2,52 (0,53)				
MIU_F3	Até 2 filhos	2,13 (0,53)	0,04	t = 0,488 (gl: 218), p = 0,626	-0,11	0,17
	Acima de 2 filhos	2,09 (0,52)				

MIU_F4	Até 2 filhos	3,41 (0,75)	-0,07	t = -0,681 (gl:218), p = 0,497	-0,30	0,13
	Acima de 2 filhos	3,48 (0,79)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

A observação da tabela 14 demonstra que foi identificada uma diferença estatisticamente significativa nas avaliações sobre o Fator 1. Em média, os respondentes que têm menos filhos (até 2) avaliam que estão sendo melhor inseridos socialmente em relação à saúde e educação. Nesse sentido, consideramos importante destacar a pesquisa empreendida por Silva (2013) ponderando ser a habitação um problema para as famílias de baixa renda ou para as que não possuem renda e estão desempregadas. Isto é, sem ocupação definida e fixa, de modo que a inserção social pode vir a ser um item capaz de trazer satisfação considerando o total de membros de cada família, por óbvio que quanto menor o número de filhos, menos problemas em relação aos itens saúde e educação, por exemplo. Sendo, portanto, coerente com os achados deste estudo.

Com relação à dimensão Inclusão Social, foram encontradas diferenças significantes quanto às avaliações dos fatores 1 e 2. Embora o teste t do Fator 4 tenha dado significativo ($p = 0,039$), o intervalo das reamostragens não confirmaram a significância. Conforme demonstra a tabela 15, em média, os respondentes com mais filhos (acima de 2 filhos) se sentem mais inseridos por aspectos como saúde e educação (Fator 1) e lazer e áreas verdes (Fator 2).

Tabela 15 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da quantidade de filhos do respondente

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	<i>Bootstrapping**</i>	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Até 2 filhos	2,68 (0,75)	-0,28	t = -2,560 (gl: 218), p = 0,011	-0,49	-0,08
	Acima de 2 filhos	2,96 (0,81)				
IS_F2	Até 2 filhos	1,15 (0,75)	-0,41	t = -3,179 (gl: 218), p = 0,002	-0,71	-0,14
	Acima de 2 filhos	1,56 (1,19)				
IS_F3	Até 2 filhos	3,04 (1,19)	-0,21	t = 1,275 (gl: 218), p = 0,204	-0,08	0,50
	Acima de 2 filhos	2,84 (1,04)				
IS_F4	Até 2 filhos	2,01 (0,53)	-0,16	t = -2,706 (gl: 218), p = 0,039	-0,35	0,01
	Acima de 2 filhos	2,18 (0,62)				
IS_F5	Até 2 filhos	3,66 (1,04)	-0,01	t = -0,079 (gl: 218), p = 0,937	-0,26	0,25
	Acima de 2 filhos	3,67 (0,94)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Saúde, educação, lazer e áreas verdes são fatores estreitamente relacionados à melhoria na qualidade de vida, aspecto percebido e destacado pelos respondentes com maior número de filhos na amostra investigada, aspecto corroborado nos achados da pesquisa empreendida por

Silva (2013), bem como no estudo de autoria de Meylan (2019) seja de modo implícito ou explícito esses aspectos se fazem presentes em estudos cujo foco de pesquisa envolve a HIS em suas múltiplas dimensões.

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, não foram identificadas diferenças significantes quanto às avaliações dos grupos de maior e menor número de filhos, conforme demonstra a tabela 16.

Tabela 16 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da quantidade de filhos do respondente

Fator	Categoria (filhos)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Até 2 filhos	4,14 (0,50)	0,10	t = 1,468 (gl: 218), p = 0,144	-0,02	0,22
	Acima de 2 filhos	4,04 (0,43)				
SM_F2	Até 2 filhos	3,15 (0,59)	-0,10	t = -1,143 (gl: 218), p = 0,254	-0,30	0,10
	Acima de 2 filhos	3,26 (0,73)				
SM_F3	Até 2 filhos	3,86 (0,76)	-0,12	t = -1,072 (gl: 218), p = 0,285	-0,33	0,10
	Acima de 2 filhos	3,98 (0,76)				
SM_F4	Até 2 filhos	3,38 (0,61)	0,10	t = 1,125 (gl: 218), p = 0,262	-0,06	0,25
	Acima de 2 filhos	3,28 (0,63)				
SM_F5	Até 2 filhos	2,97 (0,84)	0,02	t = 0,140 (gl: 218), p = 0,889	-0,24	0,27
	Acima de 2 filhos	2,95 (1,02)				
SM_F6	Até 2 filhos	4,06 (1,04)	-0,01	t = -0,023 (gl: 218), p = 0,982	-0,30	0,27
	Acima de 2 filhos	4,07 (0,98)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** bootstrapping com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Entendemos que essa não diferenciação significativa dos fatores que contemplam a satisfação do morador tendo como parâmetro de análise o número total de filhos, exposto na tabela 16, se deve ao fato de que independentemente do número de filhos, as necessidades sociais da família devem ser atendidas pelo trabalho social que deve ser desenvolvido na HIS para facilitar a convivência de várias famílias com visões, grau de educação, experiência de vida, nível de renda e faixa etária diferenciadas em espaço físico que possui áreas comuns e, por isso precisa ter normas de convivência e regras que atendam os interesses da comunidade e sejam cumpridas por todos sem qualquer diferenciação de modo a evitar que haja exclusão de alguma forma (VASQUES, 2020).

Comparação pela presença de PCD na residência

Com relação à presença de PCDs na amostra, todos os casos que foram identificados como tendo alguma deficiência foram incluídos em um grupo (n = 27), enquanto os demais formaram o outro grupo (n = 193). A tabela 17 demonstra que não foram identificadas

diferenças significantes nas avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da presença ou ausência de PCDs na residência.

Tabela 17 – Comparação das Avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da presença de PCD na residência

Fator	Categoria (PCD)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F1	Ausência de PCD	2,77 (0,71)	0,14	t = 0,962 (gl: 218), p = 0,337	-0,07	0,31
	Presença de PCD	2,63 (0,43)				
MIU_F2	Ausência de PCD	2,50 (0,59)	-0,07	t = -0,592 (gl:218), p = 0,554	-0,28	0,14
	Presença de PCD	2,57 (0,51)				
MIU_F3	Ausência de PCD	2,11 (0,54)	-0,08	t = -0,732 (gl:218), p = 0,465	-0,26	0,11
	Presença de PCD	2,19 (0,42)				
MIU_F4	Ausência de PCD	3,45 (0,77)	0,15	t = 0,982 (gl:218), p = 0,327	-0,11	0,44
	Presença de PCD	3,30 (0,74)				

Nota: *variâncias iguais assumidas; ** *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Os resultados expostos na tabela 17 revelam o sentido que deve ser dado a perspectiva de habitabilidade com inclusão em que o aspecto mobilidade assume importância capital, pois as instalações da HIS devem garantir condições de locomoção e de acessibilidade para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou debilidade física consequência da idade avançada, pois segundo se percebe empiricamente, um planejamento inadequado nas condições do espaço urbano em que essas pessoas vivem dificulta sua locomoção, implicando em perda da sua qualidade de vida, o que conforme aponta Vasques (2020) não deve ocorrer em nenhum tipo de habitação seja ela HIS ou não.

Com relação à dimensão Inclusão Social, foi encontrada diferença significativa quanto às avaliações do fator 2. Conforme demonstra a tabela 18, em média, os respondentes que têm alguém com alguma deficiência na residência se sentem mais incluídos pelos aspectos lazer e áreas verdes (Fator 2).

Tabela 18 – Comparação das Avaliações sobre Inclusão Social em função da presença de PCD na residência

Fator	Categoria (PCD)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
IS_F1	Ausência de PCD	2,75 (0,79)	-0,19	t = -1,189 (gl: 218), p = 0,236	-0,49	0,15
	Presença de PCD	2,94 (0,73)				
IS_F2	Ausência de PCD	1,24 (0,92)	-0,43	t = -2,261 (gl: 218), p = 0,025	-0,91	-0,02
	Presença de PCD	1,67 (0,97)				
IS_F3	Ausência de PCD	2,98 (1,18)	0,09	t = 0,396 (gl: 218), p = 0,693	-0,25	0,44
	Presença de PCD	2,89 (0,82)				
IS_F4	Ausência de PCD	2,04 (0,55)	-0,20	t = -1,750 (gl: 218), p = 0,082	-0,45	0,52
	Presença de PCD	2,25 (0,65)				

IS_F5	Ausência de PCD	3,70 (0,99)	0,29	t = 1,418 (gl: 218), p = 0,158	-0,08	0,68
	Presença de PCD	3,41 (1,05)				
Nota: *variâncias iguais assumidas; ** <i>bootstrapping</i> com 1000 reamostragens.						
Fonte: elaborada pelo autor (2023).						

Os dados expostos na tabela 18 guardam coerência com os achados da tabela 15 em que os itens lazer e áreas verdes são avaliados como fontes de maior inclusão social. De modo que o fato de existir alguma pessoa com deficiência na família não muda a visão da família. Perpassando o entendimento traduzido por Silva (2013) e por Meylan (2019) como indicador de qualidade de vida dos moradores da HIS, aspecto importante considerando a perspectiva de inclusão social e condições dignas de moradia segundo as metas do objetivo 11 do ODS que devem ser atendidas até 2030 (ONU BRASIL, 2020).

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, não foram identificadas diferenças significantes quanto às avaliações dos respondentes com a presença ou ausência de PCDs na residência, conforme demonstra a tabela 19.

Tabela 19 – Comparação das Avaliações sobre a Satisfação do Morador em função da presença de PCD na residência

Fator	Categoria (PCD)	Média (DP)	Diferença média	teste t*	Bootstrapping**	
					Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Ausência de PCD	4,10 (0,48)	-0,04	t = -0,367 (gl: 218), p = 0,714	-0,26	0,16
	Presença de PCD	4,14 (0,48)				
SM_F2	Ausência de PCD	3,17 (0,65)	-0,12	t = -0,932 (gl: 218), p = 0,352	-0,33	0,10
	Presença de PCD	3,30 (0,56)				
SM_F3	Ausência de PCD	3,93 (0,75)	0,19	t = 1,195 (gl: 218), p = 0,234	-0,11	0,53
	Presença de PCD	3,74 (0,86)				
SM_F4	Ausência de PCD	3,36 (0,64)	0,12	t = 0,953 (gl: 218), p = 0,342	-0,08	0,32
	Presença de PCD	3,23 (0,46)				
SM_F5	Ausência de PCD	2,94 (0,92)	-0,13	t = -0,705 (gl: 218), p = 0,481	-0,41	0,17
	Presença de PCD	3,07 (0,78)				
SM_F6	Ausência de PCD	4,03 (1,04)	-0,31	t = -1,473 (gl: 218), p = 0,142	-0,64	0,05
	Presença de PCD	4,33 (0,83)				
Nota: *variâncias iguais assumidas; ** <i>bootstrapping</i> com 1000 reamostragens.						

Constata-se com base nos dados da tabela 19 a confirmação da importância atribuída pelos moradores partícipes dessa pesquisa à inclusão social como conceito e atributo que deve estar presente na HIS, independente de a família possuir ou não entre seus membros alguma pessoa com deficiência. Na visão de Vasques (2020) essa é a expressão na inovação habitacional que se traduz em melhor qualidade de vida daqueles que fazem parte da HIS.

Comparação em função da ocupação

Para a análise das diferenças com relação às ocupações, foi excluído da análise o grupo de aposentados, uma vez que sua frequência foi baixa na amostra ($n = 6$). Uma Anova foi implementada com os demais grupos, quais sejam: autônomos ($n = 29$), desempregados ($n = 64$), do lar ($n = 102$) e empregados (operacionais) ($n = 26$), aspecto ilustrado mediante os dados que constam na tabela 20.

Tabela 20 – Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da ocupação do respondente

Fator	Categoria (Ocupação)	Média (DP)	Levene	Anova
MIU_F1	Autônomo	2,56 (0,44)	$p = 0,065$	$F = 1,028$ (gl: 3), $p = 0,381$
	Desempregado	2,79 (0,83)		
	Do lar	2,77 (0,62)		
	Empregado	2,86 (0,77)		
MIU_F2	Autônomo	2,43 (0,49)	$p = 0,763$	$F = 11,772$ (gl: 3), $p < \mathbf{0,001}$
	Desempregado	2,25 (0,53)		
	Do lar	2,72 (0,55)		
	Empregado	2,64 (0,56)		
MIU_F3	Autônomo	2,07 (0,58)	$p = 0,519$	$F = 5,597$ (gl: 3), $p = \mathbf{0,001}$
	Desempregado	1,98 (0,55)		
	Do lar	2,28 (0,56)		
	Empregado	2,19 (0,46)		
MIU_F4	Autônomo	3,19 (0,78)	$p = 0,407$	$F = 1,671$ (gl: 3), $p = 0,174$
	Desempregado	3,41 (0,67)		
	Do lar	3,44 (0,80)		
	Empregado	3,65 (0,73)		

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

A tabela 20 demonstra que foram identificadas diferenças significantes entre ao menos dois dos grupos nos fatores 2 e 3 de Moradia e Inserção Urbana, achado importante para os objetivos desse estudo no que concerne ao diagnóstico das condições de habitabilidade do lócus da pesquisa, no qual as dimensões inserção social das famílias é condicionada à inserção urbana do empreendimento e ainda depende da condição de se atribuir a condição de gestão democrática aos investimentos públicos da HIS, consoante o entendimento de Meylan (2019) com o qual concordamos e que está sendo referendado nos achados deste estudo.

Vale salientar que para o empreendimento enquadrado como sendo do tipo HIS, ofereça um padrão de inserção urbana considerado adequado, o padrão de edificação avaliado não deve contemplar somente condições básicas de habitação oferecidas aos residentes, mas também deve possuir um espaço público qualificado que estimule a vida social, favoreça a circulação segura e confortável de pedestres e promova o acesso pleno aos serviços públicos e

à cidade como um todo, conforme se depreende da leitura do trabalho produzido por Vasques (2020).

A análise do *Post hoc* de Scheffé, conforme demonstra a tabela 21, revelou que o grupo de desempregados tem pior avaliação que o grupo de ocupação “do lar” e empregados com relação à avaliação de inserção por lazer e áreas verdes (Fator 2), e pior avaliação que o grupo de ocupação “do lar” em relação à inserção por esportes (Fator 3).

Tabela 21 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função da ocupação do respondente

Fator	Comparação dos grupos de Ocupação	Diferença Média	Post hoc Scheffé	Bootstrapping*	
				Limite Inferior	Limite Superior
MIU_F2	Autônomo - Desempregado	0,22	p = 0,354	-0,12	0,55
	Autônomo - Do lar	-0,28	p = 0,109	-0,59	0,04
	Autônomo - Empregado	-0,18	p = 0,660	-0,59	0,22
	Desempregado - Do lar	-0,49	p < 0,001	-0,73	-0,25
	Desempregado - Empregado	-0,40	p = 0,018	-0,74	-0,05
	Empregado - Do lar	-0,10	p = 0,881	-0,42	0,23
MIU_F3	Autônomo - Desempregado	0,14	p = 0,701	-0,19	0,47
	Autônomo - Do lar	-0,20	p = 0,368	-0,51	0,11
	Autônomo - Empregado	-0,10	p = 0,909	-0,50	0,29
	Desempregado - Do lar	-0,34	p = 0,001	-0,57	-0,10
	Desempregado - Empregado	-0,24	p = 0,262	-0,59	0,10
	Empregado - Do lar	-0,09	p = 0,887	-0,41	0,23

Nota: * *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

O conjunto de dados expostos na tabela 21 servem com parâmetro de avaliação das condições ambientais e de melhoria da qualidade de vida envolvendo itens como lazer e esportes sob a ótica das pessoas ocupadas de alguma forma bem como das que estavam sem ocupação no momento em que foi feita a coleta de dados da pesquisa, complementam os resultados da tabela 20 compreendendo a categoria inserção urbana nos moldes detalhados por Meylan (2019) e adotado por Vasques (2020).

O impacto que os itens lazer, áreas verdes e esportes causam na vida das pessoas que residem no espaço em que os dados dessa pesquisa foram coletados, o fato de não terem sido bem avaliados pelos respondentes pode ser creditado ao padrão de referência indicando que as famílias beneficiadas pelos programas de moradia normalmente não possuem o direito de opinar sobre questões importantes de sua nova habitação (SILVA, 2013).

No nosso entendimento a mudança nesse paradigma de referencia depende o trabalho social cujo objetivo é de introduzir mudanças comportamentais nas pessoas envolvendo atitudes, desempenho e práticas que sejam capazes de promover melhorias de caráter socia, as

quais devem, necessariamente, resultar de processos interativos para com a comunidade beneficiada, aspecto que ao não ser considerado, abre espaço propício para questionamentos sobre a finalidade do trabalho social e da política pública de HIS, bem como sobre a aplicação de recursos públicos.

Com relação à dimensão Inclusão Social, conforme demonstra a tabela 22, o teste identificou uma diferença significativa entre ao menos dois dos grupos ocupacionais no fator 4, associado à avaliação de inclusão por oferta de serviços próximos.

Tabela 22 – Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função da ocupação do respondente

Fator	Categoria (Ocupação)	Média (DP)	Levene	Anova*
IS_F1	Autônomo	2,90 (0,85)	p = 0,556	F = 1,844 (gl: 3), p = 0,140
	Desempregado	2,67 (0,70)		
	Do lar	2,87 (0,80)		
	Empregado	2,57 (0,72)		
IS_F2	Autônomo	1,26 (0,90)	p = 0,601	F = 1,863 (gl: 3), p = 0,137
	Desempregado	1,52 (0,85)		
	Do lar	1,23 (0,98)		
	Empregado	1,09 (0,90)		
IS_F3	Autônomo	3,12 (1,19)	p < 0,001	F = 2,053 (gl: 3), p = 0,110
	Desempregado	2,71 (0,80)		
	Do lar	3,07 (1,26)		
	Empregado	3,04 (0,98)		
IS_F4	Autônomo	2,10 (0,49)	p < 0,001	F = 3,372 (gl: 3), p = 0,020
	Desempregado	1,92 (0,39)		
	Do lar	2,17 (0,67)		
	Empregado	2,05 (0,46)		
IS_F5	Autônomo	3,86 (0,93)	p = 0,420	F = 2,181 (gl: 3), p = 0,091
	Desempregado	3,40 (0,84)		
	Do lar	3,74 (1,09)		
	Empregado	3,78 (1,05)		

Nota: * A estatística F de Brown-Forsythe foi utilizada para os fatores 3 e 4, uma vez que o teste de Levene não garantiu a igualdade de variância entre os grupos

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

A avaliação de serviços próximos é importante na configuração do diagnóstico que estamos construindo mediante análise dos dados colhidos no campo de pesquisa. Porque, conforme Marques (2018) é um ponto que carece ser destacado por ser motivo de inadequação dos beneficiários da HIS pela distância excessiva entre a habitação e os serviços do entorno, incluindo nesse contexto, o local de trabalho dos moradores.

A análise do *Post hoc* de Scheffé, conforme demonstra a tabela 23, revelou que o grupo de desempregados tem pior avaliação que o grupo de ocupação “do lar” e empregados, com relação à avaliação de inclusão por oferta de serviços próximos.

Tabela 23 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função da ocupação do respondente

Fator	Comparação dos grupos de Ocupação	Diferença Média	Post hoc Scheffé	Bootstrapping*	
				Limite Inferior	Limite Superior
IS_F4	Autônomo - Desempregado	0,28	p = 0,172	-0,07	0,63
	Autônomo - Do lar	-0,26	p = 0,183	-0,59	0,07
	Autônomo - Empregado	-0,11	p = 0,917	-0,53	0,32
	Desempregado - Do lar	-0,54	p < 0,001	-0,79	-0,29
	Desempregado - Empregado	-0,39	p = 0,032	-0,75	-0,02
	Empregado - Do lar	-0,15	p = 0,672	-0,50	0,19

Nota: * *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Não é de se estranhar que o grupo de desempregados tenha obtido a pior avaliação em relação ao item inclusão social conforme dados expostos na tabela 23. Esse resultado pode ser justificado pelas dificuldades vivenciadas pelo morador que sofre os entraves do desemprego, passando por dificuldades de diversas ordens, particularmente dificuldade financeira, podendo chegar muitas vezes a não ter condição de honrar seus compromissos financeiros decorrentes da aquisição de sua HIS (PIRES; CALEGARI, 2017).

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, conforme demonstra a tabela 24, o teste Anova identificou diferenças significantes entre ao menos dois dos grupos ocupacionais nos fatores 1, 3 e 4.

Tabela 24 – Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função da ocupação do respondente

Fator	Categoria (Ocupação)	Média (DP)	Levene	Anova*
SM_F1	Autônomo	4,19 (0,46)	p = 0,787	F = 11,604 (gl: 3), p < 0,001
	Desempregado	3,82 (0,45)		
	Do lar	4,23 (0,43)		
	Empregado	4,17 (0,47)		
SM_F2	Autônomo	3,14 (0,67)	p = 0,203	F = 0,253 (gl: 3), p = 0,859
	Desempregado	3,15 (0,57)		
	Do lar	3,21 (0,69)		
	Empregado	3,26 (0,56)		
SM_F3	Autônomo	4,00 (0,79)	p = 0,186	F = 4,700 (gl: 3), p = 0,003
	Desempregado	3,64 (0,65)		
	Do lar	3,95 (0,80)		
	Empregado	4,24 (0,58)		
SM_F4	Autônomo	3,26 (0,59)	p = 0,987	F = 12,627 (gl: 3), p < 0,001
	Desempregado	2,98 (0,57)		
	Do lar	3,53 (0,54)		
	Empregado	3,40 (0,55)		
SM_F5	Autônomo	3,00 (0,80)	p < 0,001	F = 2,357 (gl: 3), p = 0,074
	Desempregado	2,98 (0,77)		
	Do lar	3,03 (1,04)		
	Empregado	2,56 (0,70)		
SM_F6	Autônomo	4,21 (1,01)	p = 0,979	F = 0,716 (gl: 3), p = 0,543
	Desempregado	4,12 (1,05)		

Do lar	3,94 (1,02)
Empregado	4,08 (0,98)

Nota: * A estatística F de Brown-Forsythe foi utilizada para o fator 5, uma vez que o teste de Levene não garantiu a igualdade de variância entre os grupos

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Os dados da tabela 24 servem como parâmetro para a compreensão de que foram identificadas diferenças no indicador satisfação considerando a ocupação do morador. Expressando o que consideram mais importante com vista às condições de habitabilidade do espaço em que residem. No caso específico, os fatores identificados referem-se à iluminação e as condições estéticas e limpeza, já citados nos achados do trabalho de Fernandes (2009).

A análise do *Post hoc* de Scheffé, conforme demonstra a tabela 25, revelou que, com relação à satisfação com a acessibilidade e serviços de água e esgoto (Fator 1), o grupo de desempregados tem pior avaliação que os grupos de ocupação autônomos, “do lar” e empregados. Quanto à satisfação com iluminação (Fator 3), o grupo de desempregados tem pior avaliação que o grupo de pessoas empregadas. E, por fim, sobre a satisfação com a estética e limpeza (Fator 4), o grupo de desempregados também tem pior avaliação que os grupos de ocupação “do lar” e empregados.

Tabela 25 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função da ocupação do respondente

Fator	Comparação dos grupos de Ocupação	Diferença Média	Post hoc Scheffé	Bootstrapping*	
				Limite Inferior	Limite Superior
SM_F1	Autônomo - Desempregado	0,36	p = 0,005	0,08	0,64
	Autônomo - Do lar	-0,04	p = 0,984	-0,30	0,23
	Autônomo - Empregado	0,01	p = 1,000	-0,33	0,35
	Desempregado - Do lar	-0,40	p < 0,001	-0,60	-0,20
	Desempregado - Empregado	-0,35	p = 0,010	-0,64	-0,06
	Empregado - Do lar	-0,05	p = 0,975	-0,32	0,23
SM_F3	Autônomo - Desempregado	0,34	p = 0,228	-0,12	0,80
	Autônomo - Do lar	0,05	p = 0,992	-0,39	0,48
	Autônomo - Empregado	-0,25	p = 0,660	-0,81	0,31
	Desempregado - Do lar	-0,29	p = 0,098	-0,62	0,03
	Desempregado - Empregado	-0,59	p = 0,008	-1,07	-0,11
	Empregado - Do lar	0,30	p = 0,329	-0,15	0,75
SM_F4	Autônomo - Desempregado	0,28	p = 0,172	-0,07	0,63
	Autônomo - Do lar	-0,26	p = 0,183	-0,59	0,07
	Autônomo - Empregado	-0,11	p = 0,917	-0,53	0,32
	Desempregado - Do lar	-0,54	p < 0,001	-0,79	-0,29
	Desempregado - Empregado	-0,39	p = 0,032	-0,75	-0,02
	Empregado - Do lar	-0,15	p = 0,672	-0,50	0,19

Nota: * *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

O detalhamento da satisfação do morador em relação à ocupação dele revela uma situação peculiar: três fatores se destacam na visão dos moradores desempregados como sendo os que consideram como pior em relação aos demais - acessibilidade e serviços de água e esgoto, iluminação, estética e limpeza -. Aspectos que segundo Fernandes (2009) são suficientes para comprometer a qualidade requerida para a condição de habitabilidade digna.

Comparação em função do estado civil

Para a análise das diferenças com relação ao estado civil, foi excluído da análise o grupo de viúvos, uma vez que sua frequência foi baixa na amostra ($n = 9$). Além disso, para mais robustez da análise de variância (Anova), o grupo na condição de união estável foi somado aos casados e o grupo de separados foi somado aos divorciados. Assim, 3 grupos de estado civil foram utilizados para a Anova: solteiros ($n = 129$), casados/em união estável ($n = 74$) e divorciados ou separados ($n = 19$), os quais são destacados na tabela 26.

Tabela 26 – Anova das avaliações sobre Moradia e Inserção Urbana em função do estado civil do respondente

Fator	Categoria (Estado Civil)	Média (DP)	Levene	Anova
MIU_F1	Solteiro	2,73 (0,60)	$p = 0,395$	$F = 0,476$ (gl: 2), $p = 0,622$
	Casado/União	2,72 (0,71)		
	Divorciado/Separado	2,88 (0,82)		
MIU_F2	Solteiro	2,48 (0,57)	$p = 0,869$	$F = 0,894$ (gl: 2), $p = 0,411$
	Casado/União	2,55 (0,60)		
	Divorciado/Separado	2,66 (0,60)		
MIU_F3	Solteiro	2,10 (0,50)	$p = 0,455$	$F = 0,592$ (gl: 2), $p = 0,554$
	Casado/União	2,24 (0,67)		
	Divorciado/Separado	2,18 (0,53)		
MIU_F4	Solteiro	3,38 (0,78)	$p = 0,418$	$F = 1,193$ (gl: 2), $p = 0,305$
	Casado/União	3,47 (0,67)		
	Divorciado/Separado	3,63 (0,80)		

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

O teste Anova demonstrou, conforme tabela 26, que não foram identificadas diferenças significantes em nenhum dos fatores de Moradia e Inserção Urbana, mostrando que o impacto dos fatores considerados corrobora o achado da pesquisa de Meylan (2019) no que concerne à inserção urbana do empreendimento e seus reflexos na inserção social das famílias investigadas neste estudo.

Tabela 27 – Anova das avaliações sobre Inclusão Social em função do estado civil do respondente

Fator	Categoria (Estado Civil)	Média (DP)	Levene	Anova
IS_F1	Solteiro	2,72 (0,77)	p = 0,442	F = 1,075 (gl: 2), p = 0,343
	Casado/União	2,89 (0,81)		
	Divorciado/Separado	2,76 (0,67)		
IS_F2	Solteiro	1,22 (0,87)	p = 0,440	F = 1,050 (gl: 2), p = 0,352
	Casado/União	1,43 (1,05)		
	Divorciado/Separado	1,18 (0,93)		
IS_F3	Solteiro	2,98 (1,18)	p = 0,194	F = 0,639 (gl: 2), p = 0,529
	Casado/União	2,86 (0,99)		
	Divorciado/Separado	3,16 (1,18)		
IS_F4	Solteiro	2,04 (0,57)	p = 0,903	F = 0,099 (gl: 2), p = 0,906
	Casado/União	2,06 (0,56)		
	Divorciado/Separado	2,12 (0,57)		
IS_F5	Solteiro	3,76 (1,01)	p = 0,638	F = 1,515 (gl: 2), p = 0,222
	Casado/União	3,51 (1,03)		
	Divorciado/Separado	3,72 (0,96)		

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Com relação à dimensão Inclusão Social, conforme demonstra a tabela 27, o teste Anova também não identificou diferenças significantes entre os fatores de Inclusão Social em função do estado civil do respondente, aspecto que reforça o argumento de Meylan (2019) sobre a situação anteriormente colocada e que permite que se faça inferência de resultados fidedignos sobre a percepção dos respondentes da pesquisa.

Tabela 28 – Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função do estado civil do respondente

Fator	Categoria (Estado Civil)	Média (DP)	Levene	Anova*
SM_F1	Solteiro	4,13 (0,50)	p = 0,368	F = 0,808 (gl: 2), p = 0,447
	Casado/União	4,05 (0,45)		
	Divorciado/Separado	4,07 (0,38)		
SM_F2	Solteiro	3,16 (0,61)	p = 0,641	F = 1,174 (gl: 2), p = 0,311
	Casado/União	3,20 (0,67)		
	Divorciado/Separado	3,39 (0,66)		
SM_F3	Solteiro	3,88 (0,81)	p = 0,028	F = 1,098 (gl: 2), p = 0,337
	Casado/União	3,91 (0,66)		
	Divorciado/Separado	4,13 (0,60)		
SM_F4	Solteiro	3,38 (0,63)	p = 0,151	F = 3,937 (gl: 2), p = 0,021
	Casado/União	3,19 (0,53)		
	Divorciado/Separado	3,57 (0,71)		
SM_F5	Solteiro	2,87 (0,91)	p = 0,747	F = 1,388 (gl: 2), p = 0,252
	Casado/União	3,11 (0,90)		
	Divorciado/Separado	3,00 (0,94)		
SM_F6	Solteiro	4,09 (1,01)	p = 0,713	F = 0,481 (gl: 2), p = 0,619
	Casado/União	3,96 (1,00)		
	Divorciado/Separado	4,16 (1,17)		

Nota: * A estatística F de Brown-Forsythe foi utilizada para o fator 5, uma vez que o teste de Levene não garantiu a igualdade de variância entre os grupos

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Quanto à dimensão Satisfação do Morador, conforme demonstra a tabela 28, o teste Anova identificou diferença estatisticamente significativa entre ao menos dois dos grupos de estado civil no fator 4. Essa diferença é importante pois é algo que pode ser melhorado desde que tratado adequadamente, buscando-se fazer com que ocorra maior integração entre os moradores, sobretudo por contemplar o fator limpeza que também compromete a visão destes sobre a estética do ambiente de convivência comum entre os moradores (BORGES, 2018). Essa mesma linha de raciocínio é empreendida por Meylan (2019) na dimensão que envolve o indicador estado civil dos respondentes.

A análise do *Post hoc* de Scheffé, conforme demonstra a tabela 29, revelou uma diferença marginalmente significativa com relação à satisfação com a estética e limpeza (Fator 4), sendo que o grupo na condição de casados ou em união estável têm pior avaliação que o grupo na condição de divorciado ou separado.

Tabela 29 – Post hoc da Anova das avaliações sobre Satisfação do Morador em função do estado civil do respondente

Fator	Comparação dos grupos de Estado Civil	Diferença Média	Post hoc Scheffé	Bootstrapping*	
				Limite Inferior	Limite Superior
SM_F4	Solteiro - Casado/União	0,19	p = 0,103	-0,03	0,41
	Solteiro - Divorciado/Separado	-0,19	p = 0,433	-0,56	0,17
	Casado/União - Divorciado/Separado	-0,38	p = 0,051	-0,77	<0,001

Nota: * *bootstrapping* com 1000 reamostragens.

Fonte: elaborada pelo autor (2023).

Esse diagnóstico pós-ocupação se torna uma análise sistêmica em que os moradores expressaram sua percepção sobre as condições reais de sua habitação, demonstrando satisfação em uns aspectos e em outros não. De modo que, na tabela 29, comprova-se o que Vasques (2020) pontua sobre inovação na organização da habitação, o que a nosso ver resulta do trabalho social e atende ao que dispõe o objetivo 11 e suas respectivas metas do ODS sobre condições dignas e sustentáveis de habitabilidade.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PMG SOBRE OS FATORES RELACIONADOS A HIS DO RESIDENCIAL JÁDER SOARES PIMENTEL

As informações desta seção foram originadas da realização da coleta de dados através de grupo focal com os funcionários que compõem a equipe responsável pelo planejamento e acompanhamento do projeto habitacional ‘Residencial Jáder Soares Pimentel’ e permitiu conhecer outra perspectiva e detalhes que facilitam a compreensão de um empreendimento

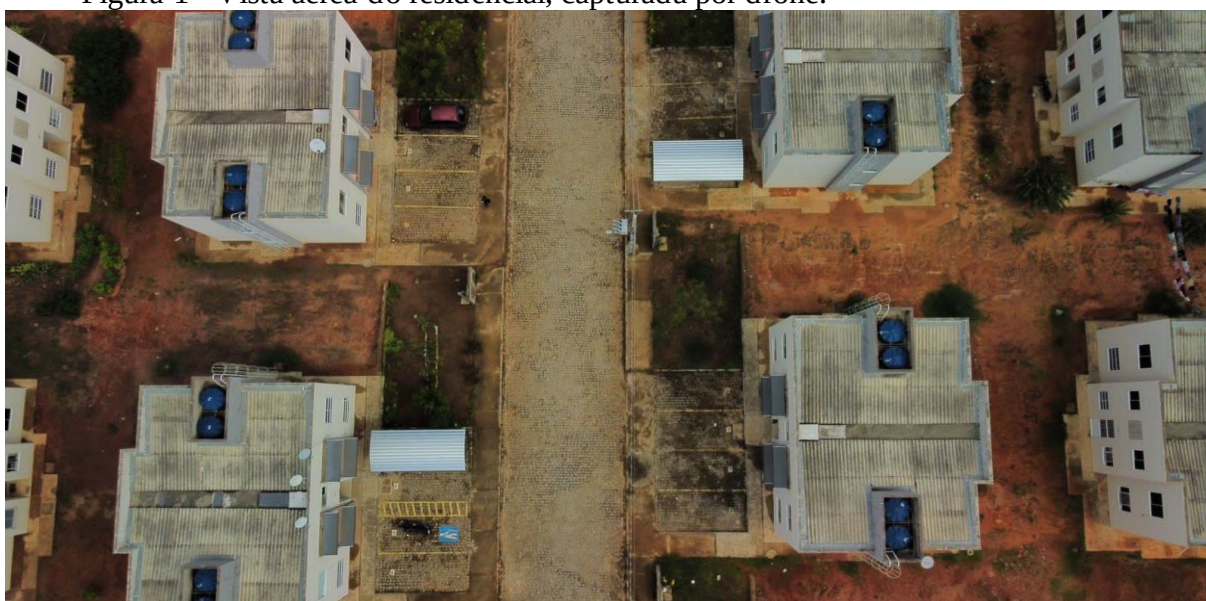
complexo. Ao longo do texto também são dispostas imagens e constatações derivadas da visita *in loco* realizada no residencial e observações que partiram da análise documental. As informações estão apresentadas dentro dos eixos que estruturaram o roteiro de entrevista.

Eixo: Moradia e Inserção Urbana

A equipe da PMG relatou que o abastecimento de água contempla todas as unidades, com medição individualizada. Devido a faixa de renda dos beneficiários, o setor de habitação da PMG solicitou ao órgão responsável pelo abastecimento de água que providenciasse o cadastramento inicial com base em tarifa social, a qual cobra um valor reduzido - desconto de 40% - por metro cúbico, mas que possui uma limitação mensal de volume para a manutenção do enquadramento nessa categoria.

Não foram relatados casos de unidades sem cobertura desse serviço. Apenas ocorrência pontual de cadastramento invertido de responsáveis pelos medidores. Quanto a qualidade da água, foi relatado que tem sido fornecida dentro de bons parâmetros para o consumo. E os casos de ocorrência de redução da qualidade da água estão relacionados com baixa periodicidade na higienização dos quatro reservatórios de água – com capacidade unitária de 500 litros - em cada prédio. Sendo um reservatório para cada unidade habitacional, ver disposição na figura 1.

Figura 1 - Vista aérea do residencial, capturada por drone.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Todos os domicílios estão ligados à rede de esgoto, desde a entrega. Não tendo sido relatada nenhuma ocorrência por parte da equipe do setor habitacional da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB (PMG). É pertinente destacar que a responsabilidade pela realização ou contratação é dos proprietários das unidades abastecidas em cada edificação. A manutenção dos sistemas de água é realizada com regularidade pelo órgão estadual e o sistema foi implantado há poucos anos. O que facilita a manutenção e conservação da infraestrutura e regularidade da qualidade da água.

Quanto a frequência da coleta de resíduos domiciliares, foi relatado que a PMG provê a realização de três visitas semanais no residencial, em dias e horários fixos. Essa periodicidade foi definida para evitar o acúmulo de resíduos dentro das unidades habitacionais e nos locais de coleta, localizados na área externa de cada bloco residencial. E que os casos eventuais de acúmulo de resíduos ocorrem devido a não colocação dos resíduos nos locais nos dias e horários definidos para realização do serviço. Durante a visita *in loco* não foram identificados resíduos que aparentassem estar acumulados há mais de dois dias. O que corrobora a informação recebida da PMG.

O serviço de iluminação pública vem sendo fornecido desde a entrega dos imóveis e a manutenção é realizada pela Secretaria de Infraestrutura da própria PMG. Segundo os técnicos entrevistados, com regularidade e com cobertura completa das vias públicas no entorno do Residencial. Os casos de iluminação reduzida foram relacionados com o uso de lâmpadas de led, que podem não estar fornecendo a mesma luminosidade de outros modelos anteriores. Porém, reduzem substancialmente o consumo mensal de energia por ponto de iluminação.

Foi relatado que a PMG só fornecia a documentação para início do fornecimento dos serviços de energia elétrica e água encanada para os respectivos beneficiários das unidades habitacionais regularmente entregues. E que existiam unidades não entregues, que poderiam estar ocupadas irregularmente. E, que nesses casos, podem existir ligações clandestinas de energia elétrica e outros serviços.

Na visita *in loco* foi verificado que cada bloco possuía estrutura de medição de energia elétrica e de água individualizados, conforme mostra a figura 2. Também se observou que o residencial dispõe de iluminação pública com lâmpadas de led.

Figura 2 - Estrutura de medição de serviços individualizados e jardim comunitário



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A equipe da PMG afirma que as vias públicas dispõem de drenagem pluvial e a própria localização elevada e levemente inclinada do terreno no qual o Residencial vem sendo construído, proporciona o escoamento das águas. O que evitaria alagamentos das vias públicas. Na figura 3, capturada durante a visita *in loco*, é possível visualizar a disposição dos blocos residenciais no terreno em declive.

Figura 3 - Vista panorâmica do residencial, capturada por drone.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Os técnicos do setor de habitação da PMG relataram ter recebido reclamações dos moradores referentes ao deslocamento de terra e lama no entorno dos blocos residenciais e áreas de lazer localizados em áreas mais elevadas. Sendo isso uma consequência negativa da

inclinação do próprio terreno. Fato que, segundo os entrevistados, provoca incômodos durante períodos mais chuvosos, mas não tem afetado a estrutura dos blocos, de acordo com as visitas realizadas pela Construtora.

Durante visita *in loco* foi constatado que as áreas externas dos prédios geralmente não dispõem de cobertura vegetal (gramíneas ou plantas, por exemplo), ver figura 4. E, quando existe, a provisão e manutenção tem sido realizada por moradores das unidades residenciais mais próximas desses jardins comunitários, conforme já foi observado na figura 2.

Em programa da cidade de Osasco/SP, houve a constatação de ausência quase total de vegetação na área, cujo plantio inicial foi resultado de ação da Secretaria do Meio Ambiente (FERNANDES, 2009). Diferentemente do que ocorreu em João Pessoa, no Residencial Vista Alegre, no qual a questão da cobertura vegetal é atrelada ao projeto de urbanização do empreendimento, sendo mantido por seus moradores (PMJP, 2018).

Assim, constata-se a carência de melhoria nesse aspecto de cobertura vegetal no próprio projeto de implantação dos serviços de infraestrutura do Residencial, lembrando que o que existe é fruto de empenho e interação de seus moradores e não de intervenção do poder público como ocorreu em Osasco/SP, conforme relato da pesquisa de Fernandes (2009).

Figura 4 - Cobertura vegetal escassa nas áreas externas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Outro fator citado pela equipe foi que a maior parte dos atuais moradores não havia morado em edifícios. O que poderia contribuir para deixá-los receosos quanto a eventuais surgimentos de rachaduras no gesso e quanto a possibilidade de as unidades serem afetadas por esses deslocamentos de terra, especialmente em períodos de chuva intensa. Esta percepção

relatada pela equipe da PMG corrobora percepção da equipe de habitação da Prefeitura de Osasco/SP, que relataram que embora algumas avarias possam ter origem na fase construtiva, boa parte são resultados do uso cotidiano (FERNANDES, 2009).

Os funcionários do setor de habitação também relataram que todas as vias públicas do Residencial dispõem de pavimentação e calçadas. A visita confirmou a informação, como já foi possível observar através da figura 2. Quanto a periodicidade de ocorrência de pontos em que, a pavimentação ou as calçadas, venham a ceder foi relatado que não é algo comum. E, os casos pontuais que ocorreram, foram devido ao deslocamento rotineiro de caminhões pipa através da rua principal, em dado período de escassez hídrica no Estado. As falhas na pavimentação e calçadas, citadas na entrevista, já haviam sido recuperadas no momento da visita.

As vias internas foram consideradas seguras para o tráfego de pedestres, não tendo sido relatado casos de atropelamento nas vias internas do residencial. Apenas casos ocorridos na rodovia que se encontra nas margens da localidade. Apesar de não haver concessão pública de transporte coletivo, são disponibilizados ônibus escolares para os estudantes. As vias permitem o acesso de veículos de qualquer porte, inclusive ambulâncias e viaturas policiais.

A ausência de transporte público pode ocasionar descontentamento quanto ao serviço (FERNANDES, 2009) até por levar os moradores a não dispor previsibilidade de horários de deslocamento ou custos mais elevados para utilização de veículo próprio ou transporte clandestino.

Quanto aos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida (PcD), foi relatado que todos os equipamentos são dotados de rampa, inclusive as vagas de estacionamento. Na figura 5 podem ser observadas as áreas de estacionamento com vaga reservada e sinalizada para PcD. E que os apartamentos térreos foram destinados preferencialmente para famílias com PcD, nesses casos os apartamentos também foram adaptados.

De modo distinto do constatado no local e nos relatos sobre o *locus* desta pesquisa, Fernandes (2009) identificou em outro empreendimento que inexisiam guias rebaixadas e que o acesso ao Centro de Inclusão Digital era feito exclusivamente por escadas.

Figura 5 - Imagem aérea das áreas de estacionamento e calçadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Houve um cuidado de prever no projeto do residencial o plantio de cobertura vegetal (gramado e árvores). Porém, não foram providos os gramados previstos por parte da Construtora. Entre os apartamentos foram realizados plantios de árvores, que ainda estão com baixo porte devido ao pouco tempo de entrega das unidades – menos de dois anos. A área no entorno do residencial também dispõe de árvores plantadas (ver figura 4), apesar de ainda estarem pequenas. Como não há árvores de grande porte no local, ainda não foi necessária a realização de manutenção (e.g. podas). Os moradores foram estimulados pela prefeitura a realizarem o plantio de jardins nas áreas comuns (ver figura 6), os quais tem assumido voluntariamente a tarefa de regar e limpar os jardins.

Figura 6 - Área de jardinagem provida por moradores



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Foram entregues dois parques infantis (ver figura 7), que estão parcialmente danificados devido ao uso e falta de reparos que se tornam necessários devido ao fato de encontrar-se em espaço a céu aberto. Ainda não houve entrega de áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre. Fernandes (2009) fez constatação semelhante, ao verificar que os brinquedos e bancos instalados na área destinada ao uso infantil encontravam-se quebrados, muitas vezes por uso inadequado da própria comunidade.

Figura 7 - Parque infantil



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apesar de ter sido realizada vistoria pela construtora e moradores antes da entrega das unidades habitacionais, após a intensificação do período de chuvas, os moradores de cerca de metade dos apartamentos já apresentaram reclamações quanto a sinais de umidade e mofo no

teto e nas paredes, rachaduras em cerâmica, janelas com vazamento. A prefeitura recebeu as reclamações e encaminhou à construtora para que enviassem equipe para realizar a inspeção e correção.

Esta percepção relatada pela equipe da PMG segue no mesmo sentido de percepção da equipe de habitação da Prefeitura de Osasco/SP, ao afirmarem que há uma tendência das famílias beneficiadas pelo programa em aguardar do poder público a solução de problemas que são resultados do uso cotidiano (FERNANDES, 2009).

O residencial dispõe de espaço comum para reuniões e eventos, conforme pode ser observado na figura 8, favorecendo assim as condições estruturais necessárias para que ocorra a interação tão necessária para a boa convivência harmônica entre seus moradores, conforme indica Borges (2018).

Figura 8- Espaço comum para reuniões e eventos



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Todas as unidades recebem ventilação e iluminação direta nos cômodos. E, em cerca de um terço das unidades, a equipe de habitação detectou que foram realizadas melhorias de conforto (e.g. ar-condicionado) e estética (e.g. piso, gesso, louças sanitárias) pelos próprios moradores.

Após a entrega, a equipe da PMG detectou diversas ocorrências de desvio em áreas de uso comum e apropriação privada (ver figuras 5, 6, 9 e 10) desses espaços, a saber: instalação de garagem privativa, instalação de estabelecimentos e pontos de comércio, conversão de cômodos em locais de comércio, utilização de depósitos como garagem para motos. Os casos mais graves foram encaminhados para análise da Secretaria de Infraestrutura e, algumas ocorrências, foram enviadas para o Ministério Público.

Figura 9 - Construção de comércio em área comum



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Constata-se que esses usos atendem também necessidades comuns dos demais moradores, levando-se em consideração que se trata de atividade explorada de forma irregular, fora do regulamento do empreendimento, mas que está acessível a todos que busquem adquirir os produtos comercializados, os quais servem como fonte de renda para quem explora essa atividade comercial.

figura 10 - conversão de cômodo para atividade comercial



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Fernandes (2009) informa que apesar de terem sido previstas algumas unidades para uso misto (habitacional e comercial) em empreendimento semelhante na cidade de Osasco/SP, a equipe de habitação desse município também identificou casos de desvio da finalidade

original de uso habitacional para uso comercial, com predominância semelhante ao Jäder Soares Pimentel: comércio de bebidas e conveniências.

As áreas de uso comum são pontos nevrálgicos do empreendimento, pois a pesquisa constatou que, inicialmente, a limpeza e manutenção das áreas e equipamentos comuns foi realizada pela Prefeitura, posteriormente passou a ficar a cargo dos próprios moradores. Porém, só costuma ocorrer nos momentos em que esses espaços são utilizados para algum evento e não como hábito de higiene e de qualidade ambiental.

Até o momento, nenhum dos beneficiários recebeu documento de garantia de titularidade do imóvel – contrato de financiamento habitacional ou similar - que comprove a regularidade da propriedade e posse do imóvel. Foi verificado pela equipe de habitação que atualmente, existem 17 apartamentos que foram devolvidos pelos beneficiários e estão em fase de distrato na instituição financeira. Entre os quais 16 estão em ocupação indevida por terceiros. Todas as ocupações irregulares atuais ocorreram ao longo de poucos dias.

Apesar das unidades habitacionais já terem sido entregues há quase dois anos, o pagamento das taxas de energia e água das áreas de uso comum vem sendo realizadas pela Prefeitura. Porém, em uma das áreas, algumas equipes da Prefeitura fazem uso como ponto de apoio para a realização de atividades de planejamento e acompanhamento.

Com a existência dessa unidade da prefeitura no local, as reclamações de problemas de convivência passaram a ser direcionados para os funcionários que estava no local. Posteriormente, os moradores foram orientados a resolver pacificamente os problemas entre si, e, em casos de maior gravidade, encaminhar para registro de ocorrência policial.

Eixo: Inclusão Social

Além de uma percepção de satisfação dos moradores com a própria unidade habitacional, conforme já constatado em alguns itens das tabelas 2, 3 e 4, o que também deve ser levado em consideração é a influência das “ações que estão sendo realizadas pelos governos e aquelas que ainda deverão ser, para que as pessoas atinjam, além do teto e paredes, um patamar de dignidade plena, com acesso a emprego e renda, lazer, transporte, saúde e educação” (BORGES, 2019, p.125).

Quanto a oferta de serviços públicos, foi relatado que existe uma Unidade Básica de Saúde, escola e creche no bairro Piripiri, que se localiza a cerca de um quilômetro dos condomínios. No centro da cidade também existe um Centro de Referência em Assistência Social para atendimento dos moradores. Quando ocorrem campanhas de vacinação, esses serviços são disponibilizados localmente para facilitar a adesão dos moradores do condomínio

ou, em casos de realização de atividades de ginástica com idosos, os participantes são levados para a unidade do CRAS nos horários previstos semanalmente.

Os serviços de cadastramento e recadastramento de bolsa família também são realizados localmente. Existe, ainda, um contratado temporário – no âmbito do Programa Criança Feliz/Primeira Infância, no Sistema Único de Assistência Social, Ministério da Cidadania - para realizar o acompanhamento do desenvolvimento infantil, desde a gestação até os três anos de idade. Não foram relatados casos de crianças fora de unidade escolar.

Para os jovens e outros moradores do Residencial são oferecidos os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, entre os quais: cursos voltados para o mercado de trabalho e atividades esportivas de capoeira.

No que se refere à participação em capacitação profissional, Fernandes (2009) identificou que no Residencial Vitória foram ofertados cursos de capacitação profissional (e.g. elétrica residencial, informática e manutenção de micros, cabeleireiro e manicure) e que cerca de 30% dos entrevistados afirmaram ter alguém da família que participou, alegando horários não eram compatíveis e que o tema dos cursos não atendia aos seus interesses.

No âmbito da educação, também vem sendo oferecido o curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA para os moradores do Residencial que não tenham terminado seus estudos na idade certa. Tendo sido realizada a matrícula de 20 pessoas recentemente. Os alunos serão levados para a unidade educacional em ônibus escolar.

Os serviços de saúde vêm sendo utilizados por todos os moradores, sendo alguns na UBS mais próxima e outros que preferiram manter o vínculo com a UBS em suas regiões de origem anterior a vinda para o condomínio.

Cabe ressaltar que a demonstração de satisfação dos moradores não implica uma aceitação total ou ausência de indicações de pontos críticos do PMCMV. Ao contrário, indica:

[...] uma melhora geral das condições de vida dos beneficiários, mesmo considerando que o conforto da moradia não seja o ideal, que o entorno e a localização dos empreendimentos tenham inadequações e que o custo de vida com despesas ligadas ao domicílio (exceto aluguel) tenha crescido. Esses pontos verificados no campo trazem subsídios para aprimorar os projetos desses empreendimentos e a própria política de subsídios do PMCMV em suas fases futuras (BRASIL, 2014, p. 87).

A cobertura de sinal de rede de Internet foi fornecida antes da entrega do condomínio e existe a cobertura de sinal de telefonia móvel, com variação do nível de qualidade do sinal a depender a distância da antena da operadora, uma das quais já oferece o sinal em nível satisfatório.

Não foram relatados para a equipe da prefeitura a ocorrência de assaltos ou homicídios nos condomínios. Foram identificados apenas pequenos furtos (e.g. extintores, que ficam na entrada dos prédios) e dois casos de violência doméstica em uma mesma família. E que existem relatos de presença de pessoas possivelmente ligadas ao tráfico circulando nas imediações, apesar da presença de policiamento, que realizam rondas rotineiras em turnos diversos.

Ainda não existe uma organização local dos moradores, com a formalização e estabelecimento de regras e pactos de convivência. Apesar disso, existem dois moradores que participam como representantes em instâncias de controle social (e.g. conselhos municipais).

Em contraste, Fernandes (2009) constatou que cerca de 37% dos moradores de outro programa habitacional participam regularmente de associação de moradores, destacando-se a participação em assembleias e reuniões. Essa baixíssima adesão dos moradores do Residencial Jäder Soares Pimentel revela claramente uma menor mobilização comunitária. E, sabe-se que:

A mobilização comunitária propõe uma transformação na sociedade em geral, com vistas à execução dos serviços públicos. Nela, os cidadãos e o Estado passam a ficar permanentemente mobilizados e a se orientar por princípios éticos e pela democracia normativa” (GOUVEIA JÚNIOR; BEZERRA; CAVALCANTE, 2023, p.10).

Foram relatados casos de moradores com atraso no pagamento dos encargos de suas moradias e alguns casos de moradores que alegam não receber os boletos ou não terem sido emitidos os boletos na unidade bancária por não ter sido identificado o contrato específico no sistema.

A maior parte – cerca de 90% - dos beneficiários contemplados pelo programa habitacional é formado por pessoas que recebem recursos provenientes de programas de transferência de renda (e.g. Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada).

5 PROPOSTA DE AÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA HABITACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA/PB

O diagnóstico produzido a partir da análise dos resultados da pesquisa possibilitaram atender ao objetivo de identificação dos pontos críticos que compreendem a educação, segurança, irregularidades detectadas em relação ao programa em si e necessidade de apoio econômico em face do perfil de sua população alvo no que se refere as variáveis, ocupação, renda e emprego.

E, a partir desses pontos críticos bem como dos fundamentos teóricos envolvendo a abordagem ao problema de investigação, buscou-se como contribuição desse estudo, construir uma proposta envolvendo algumas ações que podem vir a contribuir para o aperfeiçoamento da política habitacional da PMG. Trazendo, por consequência, benefícios para a população atendida por seus programas habitacionais, ao mesmo tempo em que representam inovação organizacional na gestão pública do município.

Recomendação 1

Com base nos dados obtidos na pesquisa e demonstrado na tabela 3, as baixas avaliações relacionadas ao acesso à creche infantil (IS23) e ao número de crianças fora do ensino fundamental (IS22), associado a previsão de aumento no número de 800 unidades habitacionais - ou seja, irá triplicar o volume de unidades atuais – leva a recomendação de construção de uma unidade escolar de ensino fundamental e creche para atendimento destas importantes demandas.

Essa recomendação relaciona-se a dimensão inclusão social, sendo um direito fundamental a ser considerado na fase de planejamento dos serviços a serem demandados pelos ocupantes da HIS, visto como aspecto que Meylan (2019) aponta como investimento necessário dentro do conjunto de fatores que vão responder por nível de satisfação dos moradores e eliminação de limitações que acometem as políticas públicas no trato da questão da HIS.

Recomendação 2

Com base na avaliação do item MIU19_PP, na tabela 2, constata-se a demanda necessária para garantia da segurança pública na localidade, o que requer envia esforços junto ao Governo do Estado para construção de uma base da polícia militar nas proximidades e, por enquanto, reforço no Policiamento Ostensivo.

Esse aspecto relaciona-se com a dimensão inserção urbana e, embora o baixo nível de violência tenha sido um ponto positivo na percepção dos moradores investigados, foi identificado que esses mesmos moradores entendem ser importante ter um posto de polícia para coibir qualquer tipo de conflito capaz de resultar em violência envolvendo as famílias ali residentes. Nesse sentido, essa recomendação equipara-se ao que Marques (2018) denomina de equipamento de infraestrutura de suporte as necessidades sociais.

Recomendação 3

Considerando que se trata de um programa habitacional subsidiado pelo governo federal e que foram relatados possíveis casos de ocupações irregulares e abandono durante as entrevistas coma equipe de habitação da PMG (seção 4.3), recomenda-se a realização de recadastramento anual de moradores para identificar possíveis ocupações irregulares, com o devido encaminhamento das informações sobre tais irregularidades, encaminhadas para a instituição financeira e para o Ministério Público Federal.

A regularização das assembleias de condomínio, devido à baixa mobilização comunitária identificada no item SM47 da tabela 4, também relatada na seção 4.3, para eleição dos síndicos, registro da pessoa jurídica e subsequente recolhimento das taxas condominiais deve ser estimulado com mais ênfase pela Prefeitura para que o pagamento das taxas de energia e água das áreas de uso comum (e.g. salões de festa) passem a ser suportada pelos condôminos.

A orientação supracitada será de grande valia para liberar a Prefeitura de assumir responsabilidade financeira, que não lhe cabe, por essas áreas. Bem como que, as novas unidades habitacionais previstas para as novas etapas sejam entregues com a respectiva instituição e registro das assembleias de condomínio que passarão a assumir essas e outras responsabilidades pelas áreas de uso comum ou compartilhado, além do estabelecimento das regras de convivência mútua.

A partir dos relatos das entrevistas e da verificação *in loco*, identificou-se que alguns itens dispostos no projeto podem não ter sido entregues. Assim, a realização de uma vistoria da Prefeitura no empreendimento, com o intuito de verificar quais foram os itens previstos no projeto que não foram entregues (e.g. áreas com gramado).

A prestação de outros serviços públicos e a respectiva divulgação para os moradores, além das ações que já são realizadas no âmbito da ação social, partindo-se do pressuposto que as pessoas devem ter acesso aos serviços públicos essenciais em um raio de distância que não exija grandes deslocamentos para utilizá-los.

Embora sem a pretensão de esgotar a discussão em torno das questões suscitadas nessa recomendação, as quais relacionam-se ao conjunto de irregularidades identificadas através da pesquisa a ser sanada mediante ações cuja síntese é a seguinte: Recadastramento anual de moradores; Regularização das assembleias de condomínio e Realização de uma vistoria da Prefeitura no empreendimento. Ações cujo eixo remete ao que Vasques (2020) denomina de inovação organizacional, as quais contribuirão para o protagonismo e autonomia social dos moradores da HIS.

Recomendação 4

De modo geral, a economia local do município se baseia em duas empresas de um mesmo grupo empresarial do ramo industrial avícola, empregos públicos, empresas comerciais de pequeno porte, aposentadorias e majoritariamente em programas de transferência de renda. Apesar de não estar diretamente ligado a satisfação mensurada nesta pesquisa, é notória a importância do trabalho na vida de qualquer cidadão.

Mesmo que a insuficiência de renda possa ser parcialmente coberta com programas de transferência de renda ou similares, a disponibilidade de empregos formais ou oportunidades de atuação profissional autônoma surgem como reflexos diretos de uma economia pujante. A percepção de inclusão por conhecimento das ações do poder público em grupos com renda entre 1 e 2 salários mínimos é superior aos que tem renda de até 1 salário mínimo, conforme demonstrado na tabela 11.

Com base nessa reflexão e constatação na visita in loco e estatística, recomenda-se a identificação de vocações econômicas, o fomento de novos polos empresariais e a atração de empresas para a cidade. Visto que traria benefícios diretos e indiretos que impactariam o desenvolvimento do município, da sua região de influência e outras áreas da vida das pessoas.

Nas próximas etapas deste residencial e nos próximos empreendimentos, a prefeitura deve definir de forma direta e clara no projeto e contrato quais são os equipamentos a serem disponibilizados, as obrigações da construtora, as obrigações do condomínio a ser instituído pelos moradores, e o estabelecimento de prazos compatíveis.

Os aspectos enumerados nessa recomendação são de natureza econômica, uma necessidade de apoio decorrente das condições estruturais da política econômica do governo que, conforme destacado na pesquisa agravou-se em decorrência da pandemia que contribuiu para o fechamento de empresas, suspensão de várias atividades e desemprego de parcela significativa da população. E as pessoas que atuam na informalidade passam a ter dificuldade em gerar o seu sustento com o serviço doméstico, por exemplo, agravando ainda mais eventuais

situações de inadimplência no aspecto concernente ao pagamento das obrigações contratuais do financiamento da unidade habitacional.

De modo que a intervenção econômica dentro do trabalho social dessas HIS também atende ao quesito inovação organizacional trazido por Vasques (2020) e, certamente contribuirá para melhorar as condições de vida das famílias e, por consequência será traduzida em padrões de habitabilidade diferenciado, desde que seja criada a prática de gestão democrática dos investimentos públicos nos moldes descritos por Meylan (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação dessa pesquisa ampliou o nosso entendimento sobre a inovação organizacional que está sendo empreendida para atender a necessidade de adaptação aos beneficiários de programa de habitação de interesse social. Um tema complexo que envolve a adoção de medidas para o combate ao déficit habitacional através da ampliação de moradias dignas para a população de baixa renda, cumprindo assim diretriz política voltada para o segmento habitação.

Associado ao tema da habitação de interesse social, o conceito de moradia digna encontra ressonância na base legislativa representada pelos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, bem como nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU voltados para essa finalidade e que são representados por metas a serem alcançadas até 2030. Esse conceito está sendo buscado dentro do contexto da política habitacional inclusiva que representa, sob a ótica da HIS, a necessidade de estabelecer mudança comportamental entre os beneficiários dessa política pública para favorecer a interação e convivência social entre os moradores dessas habitações.

A inovação organizacional, dentro do contexto local aqui considerado, representa uma mudança de paradigma que requereu uma avaliação sistematizada das ações de governo que podem ser úteis para a verificação de sua eficiência; ajustes e correções de políticas e ações; publicação de resultados e relatórios para a população e órgãos de controle e, principalmente, a tomada de decisões baseadas em fatos e informações confiáveis.

Os desafios que hoje se colocam para o planejamento, implantação, gestão e consolidação de um modelo de habitação, dentro do contexto de uma política pública voltada para o alcance do chamado interesse social, exigem uma reflexão profunda sobre a política de habitação popular que vá além da transposição de famílias de uma situação de rua ou moradia precária para residências de alvenaria em regiões seguras.

Na medida em que se vislumbra a habitação como uma política pública que prepara para a vivência comunitária e representa uma mudança importante na vida das famílias que passarão a ocupar tais habitações e seus respectivos equipamentos, essa concepção envolve a educação para a convivência compartilhada, a inclusão, a participação ativa e a emancipação. Essas mudanças de hábitos também vão passar a fazer parte dessa nova realidade e atingir a todos indistintamente em uma habitação de interesse social que se pretende a fazer parte de algo muito maior: o exercício pleno da cidadania.

Os exemplos desse modelo de inovação organizacional voltado para a HIS trazidos para demonstrar a perspectiva traduzida em um novo modelo de interação social, capaz de conferir dignidade aos moradores, foram ilustrados nesse estudo mediante apresentação do que está sendo feito em Ananindeua no estado do Pará, em Cuiabá no Mato Grosso, em João Pessoa na Paraíba, em Caruaru no estado de Pernambuco e no estado de São Paulo. Realidades com resultados considerados satisfatórios, servindo de base para realizar a avaliação da pós-ocupação do Residencial Jáder Soares Pimentel, com a finalidade de aperfeiçoamento das ações e política de habitação de interesse social da Prefeitura Municipal de Guarabira/PB – PMG.

O diagnóstico construído com base nos dados coletados entre os moradores desse residencial, bem como nas observações de campo, na análise de documentos e legislações, e no levantamento feito junto aos técnicos da PMG responsáveis pela condução do empreendimento, em consonância com a abordagem teórica traçada para fundamentar o estudo possibilitou chegar à conclusão de que a vida comunitária no quesito moradia, requer apoio técnico, sobretudo para aqueles que estão atuando sem uma ocupação formal e possuem pouco conhecimento a respeito de sua sistemática e esclarecimentos sobre o seu protagonismo social.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão do modelo de habitação de interesse social é desafiadora, bem como que os fatores educação, inclusão e participação são pontos essenciais a considerar. Haja vista o fato de que o interesse social no seio da política pública de habitação requer controle para subsidiar o planejamento de ações do município. E, ainda que as ações a serem empreendidas pela PMG devem ser integradas. Deve ainda ser evidenciado que os dados e os resultados da pesquisa podem servir de base para o planejamento habitacional na prefeitura de Guarabira.

Destaca-se como limitações da pesquisa a falta de compreensão dos beneficiários no que a HIS diz a respeito da insegurança jurídica decorrente da falta de documentação de titularidade do imóvel. O que conflita com o conceito de moradia digna, o qual perpassa a compreensão dessa dimensão como sendo questão de direito e não apenas de política habitacional. Posto ser a moradia um bem jurídico essencial a qualidade de vida das pessoas.

Isso se refletiu diretamente nos itens e fatores relacionados à dimensão inclusão social porque a habitação é tratada como demanda, como interesse mercadológico, sendo a carência de seus demandantes uma possível consequência da falta de emprego, de uma ocupação formalizada, já que muitos dos beneficiários da HIS dependem de programas de transferência de renda para suprir o sustento de suas famílias. Além disso, consideram a manutenção de suas áreas comuns como sendo responsabilidade do poder público, como se estas não fossem consideradas extensões de suas moradias.

Por fim, seria interessante realizar pesquisas em empreendimentos de outros municípios do estado da Paraíba para que se pudesse fazer um estudo comparativo entre realidades distintas envolvendo o mesmo objeto de investigação, tratando com mais profundidade a questão da inovação organizacional, fugindo da tradicional abordagem conceitual que caracteriza a maioria dos estudos sobre a HIS, sobretudo com a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida em julho de 2023, implicando na perda de exclusividade da Caixa Econômica como agente financeiro desse programa habitacional. Abrindo espaço para que bancos privados e cooperativas de crédito possam cumprir esse papel, e ainda com alteração na faixa de financiamento para atender famílias com renda mensal de até R\$ 8.000,00, em áreas urbanas, e de até R\$ 96.000,00 ao ano, na zona rural. Ou seja, são novas diretrizes que alteram o cenário no qual esta pesquisa foi desenvolvida e que justificam novos estudos científicos.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY BRASIL. Seis bons exemplos de habitação de interesse social no Brasil. **ArchDaily Brasil**, 28 out., 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/950109/seis-bons-exemplos-de-habitacao-de-interesse-social-no-brasil>. Acesso em: 27 set. 2022.

AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Finep/CEF, 2007.

BANDEIRA, Ludmila Ferreira; REYES JÚNIOR, Edgar. Programa minha casa minha vida (2012-2016): análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros na execução de programas federais. **Rev. Adm. Pública**. 55(2), mar/abr., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/GZ8htWtPWDtpKKV5BbVdChL/>. Acesso em: 27 set. 2022.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**: cem anos de política pública no Brasil, São Paulo: UNESP, 2014. Disponível em: https://issuu.com/edicoessescsp/docs/trechos_pioneiros_vol1. Acesso em: 3 nov. 2022.

BORGES, A.M.S. **Minha casa, minha vida, meu lar**. Será mesmo? uma visão sobre as recentes políticas habitacionais de interesse social e suas ações além das telhas e tijolos. 2018, 185f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178410>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BORGES-ANDRADE, J. E., ABBAD, G. S., MOURÃO, L. (Org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho**: fundamentos para a gestão de pessoas. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

BRASIL. Medida Provisória nº 996, de 25 de agosto de 2020. Institui o Programa Casa Verde e Amarela. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 164, p. 1, 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria 464 de 25 de julho de 2018. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34198305/do1-2018-07-26-portaria-n-464-de-25-de-julho-de-2018-34198278. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Editado por Fernando Garcia de Freitas e Érica Negreiros de Camargo. Brasília: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. Habitação de interesse social. **Mercator (Fortaleza)** 17, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/6ybBTz9kZfptHGx4GjwRqYw/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2022.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Cadeia produtiva da construção tem encontro marcado nesta quinta-feira**. 18 nov. 2020. Disponível em: <https://cbic.org.br/habitacao-interesse-social/2020/11/18/cadeia-produtiva-da-construcao-tem-encontro-marcado-nesta-quinta-feira-5/>. Acesso em: 07 nov. 2020.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **Trabalho social na habitação, conceitos básicos e novas diretrizes do Ministério das Cidades para o trabalho social**. 2014 Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/capacitacao/2014/aula01_trabalho_social_na_habitacao_conceitos_basicos_e_as_novas_diretrizes.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de; OLIVEIRA, Maria Eduarda Manhães de; WÜRDIG, Rafaela. O papel do Trabalho Técnico Social na apropriação do espaço em conjuntos habitacionais do Programa “Minha Casa Minha Vida”: um estudo de caso. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto**: uma construção coletiva São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-045_CARVALHO_OLIVEIRA_WURDIG.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

CHUNG, Sang-Hyun et al. Past, present, and future of social housing in Seoul: where is social housing heading to? **Sustainability**, v. 12, n. 19, 8165, Oct. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12198165>. Acesso em: 27 set. 2022.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

CORREIA, Suzanne Érica Nóbrega; MACHADO, André Gustavo Carvalho. Inovação social aplicada à área de gestão: uma análise conceitual. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.14, n. 2, maio/ago.2021, p. 137-161. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EFRON, B.; TIBSHIRANI, R. Bootstrap methods for standard errors, confidence intervals, and other measures of statistical accuracy. **Statistical Science**, v. 1, n. 1, p. 55–77, 1986.

FERNANDES, A.L. et al. **Avaliação de pós ocupação do programa Habitar Brasil**: projeto de urbanização integrada da área “Y” - Jd. Padroeira, Osasco – SP. Osasco: Prefeitura Municipal de Osasco, 27 jan. 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FIELD, Andy. **Discovering statistics using IBM SPSS statistics**. London: Sage, 2018.

FIESP. **Redução da taxa de juros, reforma em moradias precárias e a geração de milhões de empregos são pontos positivos do programa Casa Verde e Amarela**. Fiesp: Observatório da construção, 2022. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/observatoriodaconstrucao/noticias/reducao-da-taxa-de-juros-reforma-em-moradias-precarias-e-a-geracao-de-milhoes-de-empregos-sao-pontos-positivos-do-programa-casa-verde-e-amarela/>. Acesso em: 29 nov., 2022.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, M. da C. V. O trabalho social e a política habitacional. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, p. 175-190, jul.-dez./2007.

GOUVEIA JÚNIOR, A.; BEZERRA, J.C.V.; CAVALCANTE, C.E. Tipologias de coprodução do bem público: estado da arte e agenda de pesquisa. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237667>

HAIR Jr., Joseph F.; ANDERSON, Ralph E.; TATHAM, Ronald T.; BLACK, Willian C. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JOÃO PESSOA. **Lei nº 10.719, de 24 de janeiro de 2006**. Cria a Secretaria Municipal de Habitação Social e Modifica a Lei Ordinária Municipal nº 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de João Pessoa e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2006/1071/10719/lei-ordinaria-n-10719-2006-cria-a-secretaria-municipal-de-habitacao-social-e-modifica-a-lei-ordinaria-municipal-n-10429-de-14-de-fevereiro-de-2005-que-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-do-municipio-de-joao-pessoa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 nov. 2022.

JULIANI, Douglas Paulesky; JULIANI, Jordan Paulesky; SOUZA, João Artur de; HARGER, Eliza Malucelli. Inovação social: perspectivas e desafios. **Espacios**, [s. l], v. 35, n. 5, p. 23-SI, maio 2014.

LIN, Yanliu. An institutional and governance approach to understand large-scale social housing construction in China. **Habitat International**, v. 78, p. 96-105, Aug. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2018.06.001>. Acesso em: 23 set. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Carlos Alberto Bispo. **A efetividade do trabalho técnico social no empreendimento do MCMV/FAR em Itabuna (BA)**: caso da apropriação socioterritorial dos moradores do Vida Nova. 2018, 123f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/909/2/A%20Efetividade_do_TTS_Empreend_MCCV_FAR_Itabuna_BA_Carlos_Alberto_B_Marques.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

MEYLAN, Arleide. A política de habitação social no Brasil: as inflexões da política habitacional pelo programa minha casa, minha vida. **R. Bras. de Dir. Urbanístico - RBDU**. Belo Horizonte, ano 5, n. 8, p. 77-97, jan./jun. 2019, p. 77-97. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/article>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil**: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 27 set. 2022.

NERY, Daiane da Silva Pacheco; ARAÚJO, Débora Magalhães. O trabalho social no contexto do programa minha casa, minha vida: uma análise dos limites e desafios de atuação do assistente social. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 5 a 7 dez, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/25088>. Acesso em: 29 nov. 2022.

ONU BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. Objetivo 11: tornar as cidades e os assentamentos humanos, inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. In: **Os objetivos do desenvolvimento sustentável**. ONU BRASIL, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 20 out. 2022.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Política nacional de habitação, intersectorialidade e integração de políticas públicas. **Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010, p. 25-44. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Trajetória do trabalho social em habitação. **Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010, p. 45-54. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Livro_EAD_19-10-10.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

PIRES, Elane de Azevedo; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar. A habitação de interesse social no Brasil e sua expressão em Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, vol. 20, nº 3, set/dez, 2017, p. 115-136. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br>. Acesso em: 27 set. 2022.

POVOA, Fabiana M. Rangel; GUIMARÃES, Berenice Martins. A reforma do Estado e a política de habitação popular. **Serviço Social & Sociedade**: gestão pública, ano XXV, nº 78, jul. 2004. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-47.

PMJP entrega unidades do Vista Alegre VI. **MaisPB**, 31 jul., 2018. Acesso em: 20 nov. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA-LOPES, Angélica Vieira de; SAAB, Thiago Bueno. Uma análise da política pública de habitação urbana no estado de São Paulo. **Revista Geousp**, 5 jul., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/173754/174776>. Acesso em: 27 set. 2022.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. 6. ed. Boston: Allyn and Bacon, 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; ALVES, Nedir Mendes; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão municipal de política nacional de habitação de interesse social: o trabalho técnico social na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários em Ananindeua, estado do Pará. **Desenvolvimento em Questão**, vol. 14, nº 34, 1 set, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3233>. Acesso em: 30 nov. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIDA NOVA. **Acompanhe a obra**, 2011. Disponível em: <http://www.vooxy.com.br/vidanova/acompanheaobra.html>. Acesso em: 29 nov., 2022.

VASQUES, Victor. **O que é inovação social e qual o papel dela nas novas cidades?** 2020. Disponível em: <https://inovasocial.com.br/inova/inovacao-social-papel-novas-cidades/>. Acesso em: 06 mar. 2023

WIESEL, Ilan; PAWSON, Hal. Why do tenants leave social housing? exploring residential and social mobility at the lowest rungs of Australia's socioeconomic ladder. **Australian Journal of Social Issues**, v. 50, n. 4, p. 397-417, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1839-4655.2015.tb00357.x>. Acesso em: 12 out., 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM HABITAÇÃO: AVALIAÇÃO DO PÓS OCUPACIONAL EM RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA/PB

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) objetiva solicitar sua participação na pesquisa acima mencionada, cujo objetivo é identificar a percepção da comunidade beneficiada frente a HIS. A referida pesquisa será desenvolvida pelo pesquisador André Luís Coelho Fernandes, aluno do curso de Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Gostaríamos de contar com sua colaboração, que consiste em responder a uma entrevista sobre o tema em estudo. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Assim, sua participação irá contribuir para uma melhor compreensão do processo da Habitação de Interesse Social da Prefeitura Municipal de Guarabira - PMG, bem como poderá subsidiar ações de melhoria e implantação em outras localidades com realidades semelhantes.

Informamos que por se tratar de pesquisa com realização de entrevista com sujeitos, esta pesquisa oferece riscos mínimos ou imprevisíveis, conforme as orientações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde-CNS.

Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir desta entrevista a qualquer hora, estando assim, assegurado o direito de colaborar ou não com a pesquisa, sem penalização alguma nem prejuízo.

Ao colaborar com a pesquisa você autoriza o uso das informações provenientes da entrevista, na elaboração e defesa da dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes, em eventos da área de Administração e Gestão Pública ou outras afins e em eventuais publicações em revistas científicas, sendo resguardados os cuidados éticos e preservado o sigilo.

Para qualquer outra informação ou esclarecimentos de dúvidas, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisador, através do telefone (83) 98828-8911, ou por e-mail: andrecoelhojp@hotmail.com

Se você concorda em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração e gostaríamos que você assinasse o presente termo: Declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, abaixo assinado após a leitura e compreensão destas informações, declaro que aceito participar dessa pesquisa como voluntário (a). Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, conforme recomendação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Guarabira, ____/____ de 2023.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

**PESQUISA: ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO SOCIAL EM HABITAÇÃO:
AVALIAÇÃO DO PÓS OCUPACIONAL EM RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE
GUARABIRA/PB**

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) objetiva solicitar sua participação na pesquisa acima mencionada, cujo objetivo é identificar a percepção da comunidade beneficiada frente a HIS. A referida pesquisa será desenvolvida pelo pesquisador André Luís Coelho Fernandes, aluno do curso de Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPGOA), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Gostaríamos de contar com sua colaboração, que consiste em responder a uma entrevista sobre o tema em estudo. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Assim, sua participação irá contribuir para uma melhor compreensão do processo da Habitação de Interesse Social da Prefeitura Municipal de Guarabira - PMG, bem como poderá subsidiar ações de melhoria e implantação em outras localidades com realidades semelhantes.

Informamos que por se tratar de pesquisa com realização de entrevista com sujeitos, esta pesquisa oferece riscos mínimos ou imprevisíveis, conforme as orientações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde-CNS.

Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir desta entrevista a qualquer hora, estando assim, assegurado o direito de colaborar ou não com a pesquisa, sem penalização alguma nem prejuízo.

Ao colaborar com a pesquisa você autoriza o uso das informações provenientes da entrevista, na elaboração e defesa da dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes, em eventos da área de Administração e Gestão Pública ou outras afins e em eventuais publicações em revistas científicas, sendo resguardados os cuidados éticos e preservado o sigilo.

Para qualquer outra informação ou esclarecimentos de dúvidas, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisador, através do telefone (83) 98828-8911, ou por e-mail: andrecoelhojp@hotmail.com

Se você concorda em participar, nós agradecemos muito a sua colaboração e gostaríamos que você assinasse o presente termo: Declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, abaixo assinado após a leitura e compreensão destas informações, declaro que aceito participar dessa pesquisa como voluntário (a). Confirmo que recebi cópia deste termo de consentimento, conforme recomendação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e autorizo a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Guarabira, ____/____ de 2023.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APENDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA - BENEFICIARIOS EM PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA

1. Nome

2. Idade

3. Quadra, Bloco e Número do Apartamento

4. Responsável Familiar (Marcar apenas uma Opção)

Sim / Não

5. Estado Civil (Marcar apenas uma Opção).

Solteiro Casado Divorciado Separado União Estável Viúvo(a)

6. Possui Filhos? (Marcar apenas uma Opção).

Sim Não

7. Se Sim , Quantos?

Algum filho com Necessidade Especial (PCD)?

Se Sim , Qual a Necessidade Especial? (Marcar apenas uma Opção).

Deficiência Visual Deficiência Motora Deficiência Mental Deficiência Auditiva

8. Quais as idades?

9. Renda Mensal (Marcar apenas uma Opção).

Até 1 Salário Mínimo De 1 a 2 Salários Mínimos Acima de 2 Salários Mínimos

10. Ocupação \ Trabalho

11. Quantas pessoas moram com o Sr(a)

EIXO MORADIA E INSERÇÃO URBANA

12. Quanto aos equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida? (Marcar apenas uma Opção)

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

Cite Exemplos:

13. Quanto as Áreas com cobertura vegetal (Gramado, plantas e árvores.). (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

14. Quanto as áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

15. Quanto as Vias Arborizadas (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

16. Quanto a Manutenção/conservação da vegetação e das áreas de esporte e lazer (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

17. Quanto a ventilação e iluminação direta nos cômodos dos apartamentos (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

18. Quanto a Limpeza, manutenção e conservação dos espaços e equipamentos comuns (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

Citar Exemplos:

19. Qual a sua Avaliação sobre os Equipamentos Públicos? Onde 1 é excelente e o 5 é ruim.
Posto de Saúde / Escola / Creche / Quadra de Esportes / Posto de Polícia / CRAS

INCLUSÃO SOCIAL

20. Quanto a oferta de serviços sociais públicos, próxima a área ou na área do projeto (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

Citar Exemplos:

21. Quanto a existência de equipamentos coletivos geridos pelos moradores (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

Citar Exemplos:

22. Número de crianças fora do ensino fundamental

23. Número de crianças sem acesso a creches

24. Número de jovens inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura

25. Número de moradores que são atendidos por serviços de saúde pública

26. Quanto a existência de sinal de telefone e sinal de Internet. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

27. Quanto ao Conhecimento das ações do poder público (Marcar apenas uma Opção).

Excelente Muito bom Bom Razoável Ruim

28. Ocorrência de assaltos, homicídios e outras formas de violência urbana na área de intervenção. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

29. Quanto a Presença de Policiamento (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

30. Quanto a existência de organização local dos moradores (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

31. Apoio do Poder Público para inserção no Mercado de Trabalho (Realizações de Cursos, Atividades e Informações). (Marcar apenas uma Opção).

Excelente Muito bom Bom Razoável Ruim

Citar Exemplos:

32. Sua unidade encontra-se com atraso no pagamento dos encargos com moradia? (Marcar apenas uma Opção).

Sim Não

33. Você ou alguém da sua unidade recebem recursos provenientes de programas de transferência de renda? (Marcar apenas uma Opção).

Sim Não

SATISFAÇÃO DO MORADOR

34. Quanto ao abastecimento de água (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

35. Quanto ao Esgotamento Sanitário (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

36. Quanto a Coleta de lixo (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

37. Quanto a Varrição (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

38. Quanto a Iluminação Pública (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

39. Quanto a Rede elétrica (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

40. Quanto ao Acesso de Veículos (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

41. Quanto ao Acesso de Pedestres (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

42. Quanto ao Acesso a Serviços e Equipamentos Sociais (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

Citar Exemplos:

43. Quanto ao Acesso à Escola (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

44. Quanto a Paisagem e estética das áreas do Condomínio (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

45. Quanto a Inundações e Alagamentos (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

46. Quanto a Adequação da unidade às necessidades da Família (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

47. Quanto a Grupos de convivência e de participação social. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

48. Quanto ao Diálogo com o poder público. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

49. Quanto a Estética da Moradia. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

50. Quanto a Participação dos moradores na conservação dos equipamentos. (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

51. Quanto a Adesão às regras e pactos de convivência (relação com os vizinhos). (Marcar apenas uma Opção).

Muito Satisfeito Satisfeito Nem Satisfeito Nem Insatisfeito Insatisfeito Muito Insatisfeito

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES E TÉCNICOS - GRUPO FOCAL

1.Data da Entrevista

2.Nomes:

3. Funções:

4.Tempo que exercem as funções:

5. Formações Acadêmicas:

6. Qual % de domicílios atendidos e adequadamente ligados ao sistema de Esgoto

Comentários:

7. Qual regularidade do abastecimento de água

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

8. Qual a qualidade da Água fornecida no Residencial?

Excelente Muito bom Bom Razoável Ruim

Comentários:

9. Qual a periodicidade da coleta pública de lixo?

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

Comentários:

10. Há ocorrências de manutenção dos sistemas de abastecimento de água, esgoto, iluminação pública, rede elétrica?

Sim / Não Comentários:

11. Há ocorrências de Ligações clandestinas de energia?

Sim / Não Comentários:

12. Há ocorrências de manutenção dos sistemas de drenagem pluvial?

Sim / Não Comentários:

13.Há ocorrências de Alagamento/inundação?

Sim / Não Comentários:

14.Há ocorrências de Processos erosivos/assoreamento?

Sim / Não Se Sim, Detalhar Fatos:

15. Qual Percentual (%) de vias pavimentadas ?

16.Qual Percentual (%) de vias com calçadas (passeios)?

17.Há ocorrências de Manutenção das vias veiculares?

Sim / Não

18. Há ocorrências de atropelamento?

Sim / Não

19. Há Vias seguras para tráfego de pedestres ?

Sim / Não

20. Há ocorrências de Manutenção e limpeza nas vias ?

Sim / Não

Se Sim, Qual Órgão é responsável e qual é a periodicidade:

21. Existe oferta de transporte público dentro da área do projeto?

Sim / Não

22. Qual Percentual (%) de domicílios sem acesso por veículos utilitários, ambulância, viatura, etc.?

23. Qual Percentual (%) de equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida? E quais ações e obras realizadas para esse público?

24. Qual Percentual (%) de áreas com cobertura vegetal (gramado)? Quais ações foram realizadas para aumentar a cobertura vegetal no local?

25. Qual percentual (%) de áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre?

26. Qual percentual (%) de vias arborizadas? Quais ações foram realizadas para aumentar a arborização no local?

27. Há ocorrências de manutenção/conservação da vegetação e das áreas de esporte e lazer?

Sim / Não

Justifique a Resposta:

28. Quanto a existência de Drenagem das Águas Pluviais?

Sim / Não

Justifique a Resposta:

29. Qual Percentual (%) de domicílios conhecidos com sinais de umidade e ou rachaduras? Em caso positivo a construtora foi acionada para Manutenção da unidade?

30. Qual Percentual (%) de domicílios sem ventilação e iluminação direta nos cômodos? Em caso positivo a construtora foi acionada para Manutenção da unidade?

31. Qual Percentual (%) de domicílios que executam melhorias na unidade? Em caso positivo, qual melhoria detectada?

32. Qual Percentual (%) domicílios com evidências de cuidado estético?
33. Há Existência de espaço comum para reuniões?
34. Há Desvio de uso comum e apropriação privada desses espaços?
35. Há Limpeza e manutenção das áreas e equipamentos comuns?
36. Qual Percentual (%) de famílias que não constam do cadastro elaborado no início da intervenção?
37. Qual documento o beneficiário possui que o concede a garantia da titularidade do imóvel – Contrato com a Caixa, Escritura do imóvel registrada, Título de concessão de direito real de uso ou de concessão de uso especial para fins de moradia, Outro título registrado ou registrável, que comprove a regularidade urbanística e da posse do imóvel?
38. Qual periodicidade nas ações de conservação dos espaços e equipamentos públicos?

Muito Frequente

Frequente

Ocasionalmente

Raramente

Nunca

39. Quem é o responsável pelo pagamento da taxa de energia e água das áreas de uso comum, incluindo salões de festa e caixa d'água?
40. Há Ampliações, novas edificações ou mudanças de uso nas unidades habitacionais?
41. Quais as Instâncias de acolhimento e respostas a reclamações de vizinhança?
42. Há Oferta de serviços sociais públicos, próxima a área ou na área do projeto, quais?
43. Há Existência de equipamentos coletivos geridos pelos moradores, quais?
44. Qual percentual conhecido de crianças fora do ensino fundamental e qual motivo?
45. Qual percentual (%) conhecido de crianças sem acesso a creches e qual motivo?
46. Qual percentual conhecido de jovens inseridos em atividades de esporte, lazer e cultura?
47. Qual Percentual conhecido de moradores que são atendidos por serviços de saúde pública?
48. Há existência de sinal de telefonia e rede de Internet?
49. Há existência de CEP (Código de Endereçamento Postal) para uso da população?

Sim / Não

Sim / Não

Comentários:

50. Ocorrência de assaltos, homicídios e outras formas de violência urbana na área de intervenção

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

51. Há presença de grupos ligados ao tráfico?

Sim / Não

52. Há Presença de policiamento?

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

53. Há Existência de organização local dos moradores?

Sim / Não

54. Há Estabelecimento de regras e pactos de convivência?

Sim / Não

Comente Sobre:

55. Há Participação de representantes da organização local em instâncias de controle social como Conselhos, Fóruns, etc.?

Sim / Não

56. Há Articulação para Inserção dos Moradores do Residencial no mercado de trabalho?

Sim / Não

Se Sim, Comente sobre:

57. Há Articulação para inserção no EJA dos Moradores do Residencial que não tenham terminado seus estudos na idade certa?

Sim / Não

58. Há Articulação para realização de cursos profissionalizantes e atividades?

Sim / Não

Comente Sobre:

59. Qual percentual conhecido de famílias com atraso no pagamento dos encargos de sua moradia?

60. Qual percentual conhecido de famílias que recebem recursos provenientes de programas de transferência de renda?

PS: Se por algum motivo a pergunta não se aplica a realidade local, peço responder: NÃO SE APLICA e descrever o porquê.

APENDICE D – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DE CAMPO

1. Qual o Percentual (%) de domicílios atendidos e adequadamente ligados aos sistemas?

2. Regularidade do abastecimento de água (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

Descrever Observação

3. Observação de suficiência de pontos de coleta e adesão à coleta pública de lixo

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

Descrever Observação

4. Manutenção dos sistemas de água, esgoto, iluminação pública e rede de eletricidade

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

5. Ocorrências de Ligações clandestinas?

Sim / Não

Descrever Observação

6. Ocorrências de Alagamento/inundação (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

7. Ocorrências de processos erosivos/assoreamento

Sim / Não

Descrever Observação

8. Qual Percentual de Vias pavimentadas?

9. Manutenção das vias veiculares (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

Descrever Observação

10. Qual Percentual de vias com menos de 1,5 metros de largura?

11. Há Manutenção e limpeza das Vias de Pedestre?

Sim / Não

Descrever Observação

12. Há Oferta de transporte público dentro da área do projeto?

Sim / Não

Descrever Observação

13. Percentual de domicílios sem acesso por veículos utilitários, ambulância, viatura, etc.

14. Percentual de escadarias e pontes sem corrimão

15. Há Rebaixamento de guias em pontos de travessia?

Sim / Não

Descrever Observação

16. Há Equipamentos comunitários adaptados a pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida?

Sim / Não

Descrever Observação

17. Percentual de áreas com cobertura vegetal

18. Percentual de áreas públicas equipadas para esporte e lazer ao ar livre

19. Manutenção/conservação da vegetação e das áreas de esporte e lazer (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente Frequente Ocasionalmente Raramente Nunca

Descrever Observação

20. Há Destinação de águas pluviais e esgoto de forma adequada, seguindo os padrões legais?

Sim / Não

Descrever Observação

21. Há Ocupações de encostas em desacordo com a legislação vigente?

Sim / Não

Descrever Observação

22. Percentual de domicílios com evidências de cuidado estético

Sim / Não

Descrever Observação

23. Há Desvio de uso comum e apropriação privada desses espaços?

Sim / Não

Descrever Observação

24. Conservação dos espaços e equipamentos públicos (Marcar apenas uma Opção).

Excelente Muito bom Bom Razoável Ruim

Descrever Observação

25. Há Controle da apropriação privada dos espaços públicos? Qual a Secretaria Responsável? Quais as Ações já realizadas e em andamento?

26. Há Ampliações, novas edificações ou mudanças de uso, em desacordo com a legislação urbanística vigente?

27. Oferta de serviços sociais públicos, próxima a área ou na área do projeto

Sim / Não

Descrever Observação

28. Há Funcionamento e manutenção dos serviços públicos (Educação, Saúde, Esporte, Lazer, Cultura e Assistência Social)?

29. Percentual de moradores que são atendidos por serviços de saúde pública (Marcar apenas uma Opção).

Muito Frequente

Frequente

Ocasionalmente

Raramente

Nunca

Descrever Observação